

ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2018

Aos 27 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito pelas nove horas e trinta e seis minutos no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 2ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 1º e 2º secretário respectivamente.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista:

Ana Maria Sousa de Lima Borges, António Toledo Alves, Artur da Câmara Machado, Davide Gabriel Cabral dos Reis, Décio Manuel Lourenço Santos, Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos, Emanuel de Jesus Rocha Garcia, Francisco Alberto Barcelos Trovão, Hélio Manuel Melo Vieira, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, Isabel Maria Diniz Berbereia, João Luís Sanchez dos Santos, João Manuel Teixeira Salvador, José Fraga Ferreira Machado, Luísa Maria Vieira Aguiar, Marco Paulo Vieira Alves, Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Rui Manuel Pacheco Lopes, Salvador da Rocha Lopes, Tânia Gil da Rocha Lemos, Valdeci Purim, Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Grupo Municipal do Partido Social democrata:

Agostinho Guilherme Aguiar Pires, Catarina Cristina Ribeiro da Rocha Gonçalves Silva Matias, Cesário Alberto Ferreira Pamplona, Délio Francisco Freitas Ormonde Borges, Elsa Maria Costa Silva Carvalho Costa, Francisco Manuel Leonardo dos Santos, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Guilherme Duarte Brasil, Luís Manuel Mendes Leal, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Mário José Martins Cardoso, Rómulo de Ficher Correia.

Grupo Municipal do CDS-PP:

Brites Baldaia Rego Botelho Mendonça Cunha, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

Grupo de Cidadãos “Todos Somos Sé”:

Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa.

Câmara Municipal:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Guido de Luna da Silva Teles, Marcos Duarte Machado do Couto, Paulo Alexandre Silva Lima, Rita Olaio de Mendonça Andrade.

Posta à votação, sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da sessão de 26 de fevereiro de 2018 foi aprovada por maioria com 2 abstenções.

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se registaram intervenções por parte do público presente.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Muito bom dia Exmo. senhor presidente e membros da Mesa, senhoras e senhores deputados, senhor presidente da Câmara e respetiva vereação.

Começo por lamentar o que tem vindo a acontecer às infraestruturas de apoio ao setor dos transportes e mobilidade na nossa terra e julgo chegada a altura da tomada de uma posição em forma de protesto por parte desta Assembleia e da Câmara Municipal no sentido de manifestarem o seu desagrado e desalento em relação a esta situação.

Têm sido graves e sucessivos os episódios de desrespeito a esta terra por parte do Governo Regional através do incumprimento e adiamento do início de obras, projetos e opções que têm condicionado o desenvolvimento da nossa economia, a mobilidade das nossas gentes e de quem nos visita e vou relembrar alguns exemplos que são já do conhecimento de todos. Em primeiro lugar o cancelamento dos voos entre a Terceira e o Porto por parte da SATA, deixando a ilha dependente apenas de uma única companhia aérea que é a Ryanair com as circunstâncias inerentes ao tipo de operação de uma companhia *low cost* com estas características, nomeadamente no que respeita aos direitos dos passageiros no caso de cancelamentos de voos, opções de bagagem, etc. Todos continuamos a defender a vinda de companhias *low cost* para a ilha Terceira mas é importante mantermos uma operação regular que garanta alguns direitos à nossa população.

Por incapacidade de gestão e de frota, a SATA preferiu manter os aviões mais pequenos nas ligações às *Gateways* do Faial e do Pico, reforçou a sua operação em S. Miguel e retirou o avião que estava disponível para a ligação à ilha Terceira. Através de um projeto de resolução do CDS-PP apresentado à Assembleia Legislativa Regional foi sugerida a reposição dessa ligação e as autarquias de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória emitiram pareceres duros a respeito dessas opções de gestão da SATA Air Açores - hoje Azores Air Lines - cujo único acionista se chama Governo Regional dos Açores, pareceres esses que não tiveram eco ou nota pública na comunicação social nem a dimensão merecida em termos de divulgação à população.

A segunda questão tem a ver com as obras do Porto das Pipas. No debate ocorrido na última sessão da Assembleia Legislativa Regional acerca dos transportes, a senhora Secretária Regional da tutela deu conta de questões pendentes relativas ao estudo de impacto ambiental, informando que aquela obra de remodelação e construção da rampa *ro-ro* se encontrava atrasada.

Paralelamente a tudo isto aconteceu o infeliz acidente do navio do «Mestre Simão» que encalhou no Porto da Madalena - felizmente sem vítimas - o que levou à reestruturação da operação da ATLANTICOLINE e à suspensão da Linha Lilás que tinha como característica singular a ligação entre os portos da Calheta de S. Jorge - onde a rampa *ro-ro* já está a ser construída - e o Porto das Pipas em Angra do Heroísmo. Esta ligação entre Angra do Heroísmo e o porto da Calheta foi pujante no tempo dos velinhos «Espírito Santo», «Santo Amaro» e «Terra Alta» com ligações importantes e trocas comerciais significativas entre as populações destes dois concelhos.

Aspirava-se que esta Linha Lilás fosse alargada à ilha Graciosa, o que nunca chegou a acontecer porque o Governo Regional entendeu desnecessário. Desta vez foi apresentado pelo PSD um projeto de resolução com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão para que o procedimento avançasse o mais rápido possível no sentido de uma nova reestruturação

das operações da ATLANTICOLINE com vista à reposição da ligação entre Angra do Heroísmo e a Calheta de S. Jorge com outra qualquer embarcação adequada para o efeito, acelerando o processo de remodelação do Porto das Pipas e a construção da rampa *ro-ro* e para que o acidente do navio «Mestre Simão» não servisse de pretexto para novo entrave a esta obra.

Depois do *ping-pong* político dos últimos dez anos entre a região e a república com governos de diferentes cores, ficámos também a saber que o terminal de cargas da aerogare civil das Lajes - uma outra infraestrutura importantíssima de alavancagem da economia desta ilha - não pode arrancar porque os problemas de aquisição dos terrenos para a construção do terminal ainda estão por resolver.

Continuamos com o eterno problema da falta de um cais de cruzeiros e de outra infraestrutura na ilha Terceira que permita o desembarque de passageiros com mais dignidade, longe das mercadorias, do gado e dos maus cheiros do cais comercial do porto da Praia, sabendo-se que este ano e até ao dia de hoje atracaram quarenta cruzeiros em S. Miguel e sete no Faial contra apenas onze na ilha Terceira apesar da sua importância económica e social no contexto regional.

Senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhoras e senhores deputados, senhor presidente da Câmara e caríssimos vereadores. Este grupo municipal do PSD sugere que as várias bancadas aqui presentes se juntem para a emissão de uma resolução ou de um voto de protesto que reúna as preocupações que temos em comum relacionadas com os transportes e desenvolvimento da nossa ilha para manifestarmos o desagrado deste concelho relativamente ao modo como o Governo Regional tem conduzido as matérias referentes ao setor dos transportes e às ligações entre a ilha Terceira e o exterior.

De nada serve estarmos a reivindicar planos de revitalização económica quando as obras nas infraestruturas e equipamentos são sistematicamente atrasadas e adiadas. A ilha Terceira continua à espera das condições que lhe foram prometidas e alguns compromissos têm mais de uma década.

Senhores membros da Assembleia Municipal, é este o desafio que vos proponho sobre o qual todos devemos refletir e assumir uma posição porque é o que fazem os outros concelhos quando se sentem prejudicados, independentemente das respetivas cores políticas. Devemos assumir posições para impedir que esta situação se mantenha *ad aeternum*.

Sr. presidente da Câmara – Muito bom dia senhor presidente da Mesa e senhores membros da Assembleia. Sem querer trazer para aqui ou aceitar as questões de natureza partidária, as declarações que acabámos de ouvir correspondem quase integralmente àquilo que a própria Câmara já manifestou no parecer que foi enviado à Assembleia Legislativa Regional sobre a questão do voo para o Porto e ao que foi também dito pelo senhor vereador Guido Teles no programa de rádio em que eu próprio costumo participar.

Também partilhamos e sentimos este mal-estar que se tem instalado sobre a questão dos transportes. Não pode haver maior clareza sobre essa matéria e já o fizemos saber ao Governo, temos tido uma atitude no sentido de tornar pública toda esta situação e subscrevemos integralmente o voto unânime da Câmara em relação ao voo Terceira/Porto que foi comunicado à Assembleia.

O que vos posso dizer, em relação às obras no Porto das Pipas, é que olho para isto com algum grau de incompreensão. Tratando-se de uma simples obra de ampliação, não consigo perceber porque a mesma terá que ser sujeita a um estudo de impacto ambiental. É verdade que aquela pode ser considerada uma zona sensível mas tenho alguma dificuldade em entender esta visão estrita sobre esta matéria e espero que esta questão do impacto ambiental não esteja a servir de pretexto para atrasar o que não deve ser atrasado. Estas declarações aconteceram quando eu não me encontrava nos Açores, até agora não tive oportunidade de obter esclarecimentos mais

aprofundados, mas estou a tentar perceber que questões de impacto ambiental estão aqui a ser alegadas.

No que respeita à Linha Lilás, não digo que se mantivesse a mesma periodicidade, mas não consigo perceber como não é possível pelo menos uma ligação semanal durante o período de maior tráfego. Já o fiz publicamente e volto a reiterar aqui a minha grande incompreensão por essa matéria. Como não possuo informação suficiente, não me quero pronunciar sobre a questão das cargas que me parece um pouco mais complexa.

Há uma década perdemos uma oportunidade histórica de termos um cais de cruzeiros em Angra porque se levantou um conjunto de vozes e questões que, analisadas agora em retrospetiva, prestaram um péssimo serviço à causa pública. Infelizmente temos a mania de inventar mais problemas do que os que já existem e o resultado está à vista passada uma década.

Por se situar no coração do arquipélago com características que não existem em mais nenhuma cidade açoriana, Angra do Heroísmo seria provavelmente o lugar preferencial para um cais de cruzeiros mas não o temos por nossa má cabeça. Contudo, a história não se esgota numa decisão e está na altura de voltarmos a pensar no assunto.

Há cerca de três anos concordei com o Governo Regional que não era possível construir o cais de cruzeiros na altura por falta de financiamento devido ao fim de um quadro comunitário e devíamos avançar rapidamente para a construção de uma rampa para podermos beneficiar dos transportes. O objetivo era que essa obra estivesse já avançada no ano seguinte ou seja, há dois anos, mas infelizmente não está e creio que aquele acordo foi vão porque não temos o cais de cruzeiros nem a rampa.

Esta matéria do cais de cruzeiros merece uma análise ao nível de ilha e a Praia da Vitória apresentou uma alternativa, para que não se diga que as coisas não se fazem cá na ilha, porque as câmaras municipais não se entendem, a Câmara de Angra em boa consciência entendeu apoiar o projeto da Praia da Vitória numa sessão decorrida naquela cidade. Essa vontade de se construir o cais de cruzeiros na Praia da Vitória deve-se ao custo bastante mais reduzido e ao facto de poder ser feito mais rapidamente mas não esgota os objetivos estratégicos da ilha e está na altura de voltarmos a falar no cais de cruzeiros em Angra sem que este processo atrapalhe o da Praia da Vitória.

Creio que a ordem correta destas operações será, em primeiro lugar, a construção urgente da rampa em Angra do Heroísmo - que já devia estar feita há dois anos porque foi esse o acordo estabelecido - a seguir que se faça a adaptação na Praia da Vitória e depois se pense numa solução para Angra, uma obra que implica um projeto e planeamento bastante mais profundos, porque a nossa cidade tem todas as características que uma cidade deve ter para receber esse tipo de turismo. Dando razão às palavras do senhor deputado Luís Rendeiro, a vontade da Câmara é coincidente com essa, considero que o debate deve ter essa orientação e as prioridades são claras: primeiro a rampa, a seguir a Praia e depois Angra.

Devemos ter união suficiente na ilha para demonstrarmos que não há bairrismos nem mais questões a impedirem o avanço das obras porque é muito fácil dizer que não se faz porque os terceirenses não querem; os terceirenses querem, estão unidos em torno destas matérias e é isso que deve sair desta Assembleia ou de qualquer outro grupo de reflexão.

Fica aqui também o meu pedido para que rapidamente se reúna o Conselho de Ilha onde este assunto deve ser debatido em vez da discussão ao nível de cada uma das assembleias municipais exatamente para evitar que se gere esta dúvida sobre a unidade de propósitos de todos nós. É importante que o Conselho de Ilha aprove e esta Assembleia subscreva.

Sr. d. m. Luís Brasil – Muito bom dia senhor presidente e caros membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas da Assembleia Municipal.

O senhor presidente da Câmara acabou de dizer que a ilha Terceira tem que se mostrar unida mas já está a chutar de canto para o Conselho de Ilha como se diz na gíria futebolística. Aprovamos aqui uma censura deste problema, o Conselho de Ilha faz a mesma coisa se assim o entender e, aí sim, demonstramos que estamos unidos.

Gostaria de repescar um documento que praticamente toda a gente conhece que é o famoso plano que iria revitalizar a economia da ilha Terceira, foi publicado em 2 de fevereiro de 2015 e hoje, 27 de abril de 2018, ao olharmos para o Eixo 8 - Competitividade Logística, vemos que a ilha Terceira está esquecida passados quatro anos. Relembrando algumas medidas deste eixo, em vez de assistirmos ao reforço da operação da Azores Airlines na base das Lajes, verificamos uma redução, o que é grave, por se tratar de uma companhia pública que é paga com os impostos de todos nós.

Referindo apenas o Eixo 8: «*Criar um pacote de incentivos às escalas técnicas garantindo as condições necessárias à competitividade da base das Lajes e escalas internacionais...*», zero. «*Promover ligações diretas bissemanais entre a Terceira e o continente para a diminuição do “transit time” fomentando o comércio inter ilhas e aumentando igualmente a frequência do serviço de transporte...*», zero. «*Investir na cadeia de frio do porto da Praia da Vitória, etc., etc...*», zero. «*Assegurar níveis adequados de escoamento por via aérea com disponibilidade para carga de valor acrescentado dentro das frequências mínimas requeridas pelos mercados de exportação através de uma candidatura à União Europeia...*», zero.

Ao olharmos para todas estas páginas, pouco mais temos do que um enfardamento documental. Estão também atrasadas algumas das medidas definidas aqui no PREIT que têm a ver com a intervenção do município mas não as vou referir para não ser maçudo. O senhor presidente da Câmara está a tentar defender mais uma vez a ilha Terceira de uma forma que não percebo e a definir prioridades, algo que já andámos a fazer há quatro anos.

Cada vez que as coisas se atrasam, ficamos ainda mais limitados para definir prioridades e introduzir o que nos seria devido com a cadência necessária. Não temos Porto das Pipas, não temos cais de cruzeiros e não temos rampa *ro-ro*. À medida que estes atrasos de quatro em quatro anos nos vão sugando a capacidade reivindicativa, vamos definindo prioridades cada vez mais apertadas, fazer menos obra e mais devagar e não vamos sair disto.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal.

Temos na agenda de hoje uma proposta mais restritiva respeitante ao transporte das cargas marítimas e aéreas. De acordo com conversa prévia com a senhora deputada Marília Vargas antes do início desta sessão, estamos dispostos a conversar sobre isto se houver mais unidade e uma posição mais forte nesta Assembleia Municipal em defesa do nosso concelho e da ilha sem prejuízo da pronúncia por parte do Conselho de Ilha.

A sociedade angrense e terceirense em geral precisa de saber que procuramos aqui demonstrar o nosso descontentamento e não estamos de braços cruzados à espera que outros opinem sobre matérias que nos dizem respeito. É importante que esta Assembleia Municipal se manifeste a respeito deste voto de protesto que apresentamos na Ordem de Trabalhos ou através de um outro documento da mesma natureza com outro texto e outra abrangência. É importante criarmos aqui uma linha comum de unidade sem deixarmos o assunto nas mãos de outro órgão - sem prejuízo da sua legitimidade para se pronunciar também - porque só poderemos voltar ao assunto daqui a dois meses na próxima sessão desta Assembleia.

Não podemos olhar para o lado e deixar que apenas o Conselho de Ilha se pronuncie sobre esta questão. É necessário aqui algum consenso através de um texto adaptado a partir da nossa proposta ou com a criação de uma outra de raiz porque, enquanto representantes eleitos, temos

o dever moral e político de nos pronunciarmos sobre este assunto que está na ordem do dia. Poderíamos eventualmente fazer um pequeno intervalo com vista à redação de uma proposta conjunta para que saia desta sessão da Assembleia Municipal uma posição relativa a estes problemas graves que têm afetado a ilha Terceira.

Sr. presidente da Câmara – É preciso esclarecer que não digo que não nos pronunciemos e considero que o Conselho de Ilha também o deve fazer. É importante não criar aqui situações que possam vir a ser apontadas como uma divisão entre ambos os concelhos.

Sem me querer imiscuir nas competências da Assembleia cuja legitimidade deve ser respeitada pela Câmara, creio que, com algum trabalho de todas as partes, esta proposta do CDS-PP poderá dar resposta ao nosso desiderato. Volto a frisar que esta matéria tem que ser tratada com alguma rapidez nem que seja necessário agendar uma reunião extraordinária do Conselho de Ilha para dar nota da unidade que tem que existir entre os dois concelhos da ilha.

Sra. d. m. Marília Vargas – Bom dia senhor presidente da Assembleia e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e executivo camarário, caros colegas deputados.

O grupo municipal do Partido Socialista partilha todos estes problemas relativos aos transportes e está disponível para um consenso. Hoje de manhã procurei o senhor deputado Nuno Melo Alves com o intuito de reunirmos e trabalharmos o documento em conjunto com todas as bancadas porque temos que defender os direitos da nossa ilha e isto só passa mesmo através da nossa união.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Julgo importante ouvir também o senhor presidente da Mesa da Assembleia a respeito deste assunto e gostaria de esclarecer mais duas ou três questões. Concordo com o que aqui foi bem dito e acho que devemos tomar uma posição imediata sem esperarmos pela reunião do Conselho de Ilha que só deve acontecer quando houver documentação, tomadas de posições e deliberações das assembleias municipais. O Conselho de Ilha tem muito mais inerências do que pessoas eleitas e nós aqui temos pessoas eleitas sem inerências. Somos nós os mandatados pela população para debater os assuntos e tomar decisões e não devemos inverter as prioridades e chutar para o Conselho de Ilha um conjunto de responsabilidades das quais não nos podemos demitir.

Há que ter em conta a diferença entre a manifestação de uma intenção, uma opinião num programa de rádio, num fórum da Câmara do Comércio ou num evento público qualquer e uma deliberação oficial de um órgão como a vereação camarária ou a Assembleia Municipal. As segundas são vinculativas, as primeiras não o são e isso faz toda a diferença.

Saúdo as posições tomadas pelo senhor presidente da Câmara e pelo senhor vereador Guido Teles que esteve presente no evento em questão na Praia da Vitória, mas apenas são vinculativas as decisões tomadas nas reuniões de vereação camarária que transitam em ata e passam a fazer parte dos documentos oficiais que são tornados públicos e podem ser consultados, e as decisões resultantes desta Assembleia Municipal que é o órgão deliberativo eleito pela população.

Enquanto abordamos estes assuntos e discutimos quem toma ou deixa de tomar posição, já é pública a intenção de construção de uma rampa *ro-ro* no porto de Ponta Delgada. Minhas senhoras e meus senhores, não vamos andar aqui a brincar com passa culpas e responsabilidades porque os outros não se demoram. Esta é uma questão que a todos diz respeito e não se trata de um bairrismo bacoco que o Luís Rendeiro, como deputado municipal eleito pelo PSD, traz à Assembleia Municipal. Temos que abrir os olhos porque há aqui coisas maiores do que os partidos e é o interesse maior da nossa ilha que está em causa.

Convém também não contornar os factos e não nos podemos esquecer onde esteve o poder durante todos estes anos. Mais do que as questões políticas ou de opinião, houve razões técnicas que condicionaram a não construção de um cais de cruzeiros. O presidente do Governo

Regional na altura, Carlos César, sempre disse possuir estudos técnicos que permitiam a construção de um cais de cruzeiros no Porto das Pipas mas, por algum motivo, os mesmos nunca foram apresentados.

Julgo não existirem as hipotéticas divisões entre Angra e Praia; o problema estará já resolvido porque o grupo parlamentar do PSD - e fui eu que fiz esse trabalho - apresentou um projeto de resolução na Assembleia Legislativa Regional para que se desse início ao processo de construção do cais de cruzeiros no molhe norte do porto da Praia, mais conhecido como o cais dos americanos, nos exatos moldes em que foi anunciado e prometido através do estudo efetuado pela Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Há aqui, por parte do PSD, uma concordância com o executivo socialista da Câmara Municipal da Praia da Vitória e não é segredo que houve uma visita do grupo parlamentar do PSD à «Portos dos Açores» que, através dos seus técnicos e administradores, elaborou e tornou públicos, projetos relativos a três alternativas para a construção de um cais de cruzeiros no porto da Praia, sendo que uma delas é no molhe norte. No entender do PSD, estas alternativas são melhores para a *hub* logístico de mercadorias do que os projetos e estudos da Câmara do Comércio porque não colidem com questões ambientais nem com interesses imobiliários.

São verdadeiros os exemplos aqui dados pelo deputado Luís Brasil a respeito da redução da operação da SATA na ilha Terceira e falta referir também o abandono da operação *charter* com Madrid que levou a que os empreiteiros da ilha tivessem que recorrer a uma companhia aérea exterior à região para levar a cabo a operação que era de lucro garantido porque os lugares estavam comprados, independentemente da existência de passageiros. Mais escandaloso ainda é o facto de não haver a partir da ilha Terceira, ligação alguma da SATA para lado nenhum ao fim de semana.

Julgo que a proposta do CDS-PP é curta mas pode servir de base para que se lhe acrescente tudo o que for necessário. Estes são motivos para que, sem mais demoras, hoje e já, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo se pronuncie e tome uma posição forte e pública que nos una a todos em defesa dos interesses do nosso concelho e da nossa ilha a respeito dos transportes de passageiros, cargas e respetivas infraestruturas.

Sr. presidente da Mesa – Gostaria de informar os senhores deputados municipais que a reunião do Conselho de Ilha foi solicitada por mim ao senhor presidente há cerca de dez dias. Como o Conselho tem que reunir obrigatoriamente no início do mês de maio, o senhor presidente achou por bem adiar essa convocatória logo para o início do mês. Ainda não tenho data marcada mas espero que, após a contagem do tempo necessário para a sua convocatória, a reunião fique agendada, o mais tardar, para a segunda semana de maio.

O assunto em discussão relativo às preocupações inerentes ao transporte aéreo e marítimo de e para a ilha Terceira merece uma reflexão muito profunda. Sou daqueles que prefere esperar um dia e fazer bem do que fazer à pressa e mal e, como já acentuou aqui o senhor presidente da Câmara, a este nível temos sido os piores inimigos de nós próprios. Quando se falou na construção de um cais de cruzeiros em Angra, aparecerem umas 50 propostas, toda a gente se armava em engenheiro naval e os de S. Miguel disseram: «Bem, como vocês não se entendem, a gente vai para outro lado.» Fizeram na Horta e nós ficámos sem cais.

É preciso haver aqui alguma serenidade porque o assunto é importante e muito complicado, o que me leva a pedir, numa situação de exceção, que reunamos na próxima semana para tratar exclusivamente este tema sem desmerecer quaisquer intervenções feitas nesta sessão até agora.

Tenho dúvidas se teremos tempo e condições para elaborarmos até ao final desta sessão um texto abrangente que refira clara e firmemente o que todos achamos sobre esta matéria. Vamos continuar os nossos trabalhos e reunir os líderes dos grupos municipais para decidirmos o que

fazer mas não gostaria de passar ao ponto seguinte da nossa Ordem de Trabalhos sem deixar esta possibilidade em aberto.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 19 de fevereiro a 20 de abril de 2018, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara.

Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Os trabalhos da Câmara decorreram dentro de toda a sua normalidade nestes dois meses desde a última sessão deste órgão. As obras em curso estão também a decorrer conforme previsto e estamos a prever para as primeiras duas semanas de junho a inauguração do troço do caminho pedonal entre o Relvão e o Fanal que se encontra na fase de acabamentos e limpezas. A obra só foi possível devido a um acordo com o Ministério da Defesa e resolveu-se assim um impasse desde a década de 1970. Achei justo convidar o senhor Ministro da Defesa a estar presente nessa inauguração e estou apenas à espera que confirme a data de acordo com a sua agenda.

O outro troço de obra, o mais pesado e complexo que tem a ver com a proteção costeira da baía do Fanal, encontra-se já na fase de arranque a colocação do enrocamento. Os trabalhos de abertura do acesso ao mar vão permitir que os transportes se possam deslocar até lá abaixo para que a pedra seja colocada no lugar certo.

A outra obra de dimensão considerável em curso, a construção do Centro Interpretativo de Angra logo acima do jardim, decorre com relativa normalidade com cerca de dois meses de atraso devido a problemas relacionados com o betão que obrigaram à paragem de algumas frentes de obra mas estão a ser definitivamente ultrapassados.

A expansão do jardim está também a entrar na sua fase final, esperemos que esteja em condições de abrir ao público já em junho e a obra da zona da praça de touros em S. Bento relacionada com a separação da rede de esgotos e o encaminhamento do esgoto proveniente da antiga fábrica de laticínios e da zona alta da cidade diretamente para a ETAR decorre também dentro da normalidade e nos prazos previstos.

Acessória a esta, existe uma outra obra que será provavelmente executada a seguir às Sanjoaninas com conclusão prevista para o verão e consiste na criação de uma alternativa à conduta que está dentro da ribeira de S. Bento. Pretende-se abrir uma vala e conseqüente substituição do pavimento no troço entre a olaria e o Largo de S. Bento para permitir retirar o esgoto situado dentro da ribeira naquele troço com grande declive onde a rede de esgotos tem tido roturas muito frequentes.

No que respeita às sobras de estrada e asfaltamentos que interessam particularmente aos senhores presidentes das juntas de freguesia, estamos a ver se arrancamos rapidamente com a obra de asfaltamento da Canada do Esteves na freguesia do Raminho à qual se seguirá a reestruturação da rede de águas na Ladeira da Ruida em S. Bartolomeu que sofreu algum atraso e implica a substituição integral do pavimento naquela zona.

Quanto às sobras e aos pequenos arranjos que se vão fazendo, nesta altura está em curso a contratação de um novo pacote de 5 000 m² de asfalto que depois será distribuído pelas freguesias de acordo com o mesmo critério de anos anteriores. O empreiteiro que vier a ganhar essa obra iniciará uma volta por todas as freguesias e os senhores presidentes de junta serão

contactados na devida altura para acertarem com os serviços da Câmara a respeito das zonas prioritárias.

Na vertente da animação e da parte cultural, as coisas têm também decorrido manifestamente bem com bastante atividade e no que diz respeito à execução financeira nada há a assinalar por ora. Estamos a cumprir o que está orçamentado na receita e na despesa, havendo apenas uma questão que está a preocupar a Câmara e já foi aqui partilhada.

Ainda não foi possível chegar a acordo com a Associação de Municípios e depois com o Governo Regional a respeito da utilização de *plafonds* que não foram usados por outras autarquias, em particular o financiamento do Centro Interpretativo cuja obra está a ser realizada integralmente com fundos da própria autarquia, o que se depois se refletirá na transição de saldo. Esperemos que essa matéria fique resolvida nos próximos meses para assim podermos recuperar o dinheiro que lá está investido.

Sra. d. m. Catarina Matias – Bom dia senhor presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhor presidente da Câmara e elenco camarário, bom dia a todos os colegas deputados municipais.

Depois de aprovada a nova lei de dezembro a respeito do descongelamento das progressões nas carreiras, gostaria de saber se a Câmara já fez ou se está a prever a contagem das classificações dos colaboradores porque me parece que autarquia da Praia da Vitória já o fez no mês de fevereiro com retroatividade a janeiro.

Sr. presidente da Câmara – Essa lista já foi feita e comunicada aos trabalhadores.

Sra. d. m. Catarina Matias – Ainda não foi, senhor presidente.

Sr. presidente da Câmara – O objetivo é que, no salário do mês de maio, se paguem os retroativos que são devidos. Já agora, aproveito para informar a Assembleia que estes congelamentos e as questões relacionadas com as progressões terão um impacto de cerca de 300 mil euros no orçamento do município para o corrente ano.

Sra. d. m. Catarina Matias – Uma outra questão que gostaria de lhe colocar está relacionada com as nossas festas concelhias, as Sanjoaninas. Sendo por ajuste direto, gostaria de saber porque é que os nossos comerciantes não tiveram a oportunidade de entregar os seus orçamentos para que a autarquia lhes pudesse comprar tecidos ou outros produtos e serviços. Compreendo que talvez seja o senhor vice-presidente a pessoa certa para me responder mas é nesta mesa e nesta altura que devo colocar a questão porque tenho recebido imensas queixas de que as pessoas não foram consultadas. Compreendo o ajuste direto mas gostaria de saber porque é que os comerciantes não foram ouvidos.

Sr. presidente da Câmara – Não consigo responder integralmente porque não tenho tido uma relação direta com o assunto, mas sei que, de acordo com a orientação habitual, deve-se adquirir preferencialmente no concelho e as empresas são consultadas. Não vale a pena estarmos com grandes tecidos porque esta é uma autarquia muito transparente mas o senhor vice-presidente poderá contar na próxima sessão da Assembleia Municipal onde comprou o vestido da dama.

Sra. d. m. Elsa Costa – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

Senhor presidente da Câmara, hoje vamos falar de turismo cuja dinamização para a atração de visitantes e investidores e o estímulo ao empreendedorismo implicam estratégias concretas. É verdade que existe um plano estratégico de desenvolvimento da ilha Terceira que contempla o turismo mas, mais do que as linhas orientadoras necessárias, há que promover uma verdadeira qualidade de oferta. Para atingirmos este fim temos que começar por medidas simples e viáveis como, por exemplo, a colocação de sinalização para que aqueles que nos procuram não andem

perdidos. Como deve calcular, um turista perdido não será certamente um turista satisfeito e isto acontece mais do que pensamos.

Esta sinalização consta do PREIT e passo a citar: *«Mudar a divulgação e sinalização dos principais pontos de interesse, incluindo a revisão das placas toponímicas e da sinalização turística para melhor divulgar os pontos turísticos da ilha através da criação de uma estratégia turística articulada com as entidades governamentais e operadores do ramo.»* Pergunto-lhe se está sensível a esta situação... Já vi que não gosta de brincar mas isto é importante. Gostaria de saber se vai corrigir este incómodo e apetrechar o seu município.

Ontem falei com uma senhora residente em Santa Bárbara que nos diz que a placa que indica o caminho da serra foi retirada e esta informação talvez me coloque mais dentro da realidade do que o senhor.

Um outro assunto que gostaria de abordar aqui está relacionado com a sede dos escoteiros de Santa Luzia onde a Câmara e a Junta de Freguesia investiram verba e que, na verdade, não serve muito os seus associados porque se tornou em mais um antro de drogas e bebidas alcoólicas e onde até se confeccionam refeições que são vendidas para fora. Tem havido por lá desacatos, a polícia já teve que lá ir e até a ambulância já foi chamada ao local por diversas vezes. Acho que a Câmara Municipal deve assumir uma posição e fiscalizar este espaço porque os moradores não estão nada contentes com a situação.

Quero também chamar a atenção para o mau estado e conservação de algumas estradas do nosso município porque todos os dias faço uma verdadeira gincana quando entro na Canada dos Cinco Reis onde existe um buraco de tamanho considerável. Mais importante do que grandes obras, são necessárias e urgentes pequenas cosméticas que melhorariam a vida de todos nós.

Sr. presidente da Câmara – Como já devem ter reparado, foi feito um razoável investimento em sinalética na rede de estradas regionais e municipais da ilha com a reposição de muitas dezenas de sinais e estamos neste momento em fase de começar a instalar um conjunto de sinais novos dentro da zona urbana de Angra. Ao longo do próximo mês surgirão novos sinais em substituição de uns que havia em inox que foram retirados para reparação e serão repostos nos seus lugares.

Numa colaboração entre ambas as câmaras municipais e as Obras Públicas, nestes últimos meses foram instaladas umas centenas de sinais que estão aí bem patentes. Estamos a tentar estabelecer um acordo com a Praia da Vitória no sentido de existir uma leitura semelhante em toda a ilha no que respeita à sinalização de interesse para quem nos visita com um reposicionamento dos sinais nas cidades e noutras povoações.

Quanto à intervenção da senhora deputada Elsa Costa a respeito da Canada dos Cinco Reis, vamos já procurar e tapar o tal buraco.

Sra. d. m. Elsa Costa – É logo à entrada.

Sr. presidente da Câmara – Então vamos lá tratar disso. O assunto relacionado com a sede dos escoteiros de Santa Luzia é uma preocupação que já me chegou por várias vias, tive a oportunidade de falar com o senhor presidente da junta de freguesia sobre esta matéria e espero que rapidamente se cesse o mau uso daquele espaço porque não faz sentido que se esteja a vender bebidas alcoólicas numa sede de escoteiros. Se eu fosse pai de algum dos escoteiros que lá estava, não admitiria tal coisa e espero que esse assunto seja rapidamente ultrapassado porque se trata claramente de um mau uso de um espaço. Fica também aqui a minha estranheza em relação à chefia da AEP que permite que aconteçam nas suas sedes, coisas impróprias de acontecer. O senhor presidente da junta de freguesia provavelmente quererá dizer qualquer coisa porque possui uma informação bastante melhor do que a minha.

Sr. d. m. Emanuel Garcia (presidente da J. F. de Santa Luzia) – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados.

O senhor deputado Luís Brasil, que tem um familiar ali junto à sede, contactou-me há cerca de um mês preocupado com esta situação e no mesmo dia tive o cuidado de falar com o responsável por aquela instituição. Foi-me garantido que o problema seria resolvido na altura, o que não aconteceu, e ontem tive a oportunidade de me encontrar de novo com o responsável pelos escoteiros de Santa Luzia. De facto, são lá vendidas bebidas alcoólicas, há um contrato celebrado com a pessoa que está a explorar aquele bar que foi assinado pelo responsável pelos escoteiros e pelo representante dos pais mas é importante distinguir as coisas. Há pouco, a senhora deputada estava a dizer que aquele é um lugar de tráfico de droga mas não pode afirmar isso. O facto de as pessoas que frequentam o local serem consumidoras ou traficantes, não significa que lá se trafique ou se consuma droga, está a perceber?

Na nossa freguesia temos tido um fenómeno de alguma migração respeitante ao consumo de drogas que dantes se passava atrás da igreja antiga e agora acontece por detrás da igreja nova. Se calhar, essas pessoas vão lá ao bar consumir alguma bebida e regressam às suas bases mas é certo que temos um problema claro de consumo e tráfico de droga na nossa freguesia. Ao fundo daquela rua dos escoteiros e na rua de Cima de Santa Luzia há casas identificadas, a polícia tem conhecimento disso, está a estudar essas redes e a trabalhar no sentido de as desmantelar.

Pelo facto de haver pessoas embriagadas na rua junto a um estabelecimento aberto não significa que se tenham embebedado ali nem que consumam droga no local. Aquele estabelecimento é também frequentado por pessoas idosas que vivem naquela zona e gostam de ir para ali conviver e jogar o seu dominó o que dá um bom ambiente ao local.

Não podemos colar um autocolante, tomar o todo pela parte e julgar um sítio devido a algumas pessoas que o frequentam porque há sempre os dois lados da moeda. Quem explora um estabelecimento destes deve fiscalizar o que lá vende e não tem a obrigação de controlar o possível tráfico de droga, enquanto nós, cidadãos, ao identificarmos uma qualquer situação, temos que a comunicar à polícia que tem o dever de atuar.

Sr. d. m. Luís Costa – Exmo. senhor presidente da Assembleia Municipal, Exmo. senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas, bom dia a todos.

Há pouco o senhor presidente da Câmara referiu-se à reestruturação da rede de águas na Ladeira da Ruida em S. Bartolomeu que pode ser considerada um dos piores troços de estrada que temos no concelho de Angra, se não o pior. Este é um projeto que vem de longa data com intervenções solicitadas desde há vários anos que têm vindo a ser constantemente adiadas, por isso pergunto ao senhor presidente da Câmara se nos pode dar alguma previsão a respeito do início das obras que estavam previstas para a primavera.

Ninguém pode circular naquela estrada devido ao seu estado caótico que tem originado queixas constantes por parte dos moradores. Já agora, aproveito a oportunidade para lhe perguntar que obras estão previstas para a freguesia de S. Bartolomeu durante o corrente ano.

Sr. presidente da Câmara – A obra da Ladeira da Ruida deveria ter começado por estes dias mas resolvemos proceder a uma alteração profunda na rede de águas porque o ano passado detetou-se um problema em S. Bartolomeu devido a dificuldades em manter a pressão do abastecimento de água em algumas zonas da freguesia.

Decidimos criar uma adutora naquela rua que permita resolver uma parte dos problemas de pressão que acontecem na parte mais baixa da freguesia a partir da igreja para lá a caminho das Cinco Ribeiras e o que lhe posso dizer é que a obra ficará seguramente concluída durante este ano. Há mais algumas obras e asfaltamentos que serão depois acordadas com o senhor

presidente da junta de freguesia quando decorrer a reunião do costume para a distribuição dos asfaltamentos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Perante a intervenção do senhor presidente da junta de freguesia de Santa Luzia, parece-me que o facto de o consumo de estupefacientes acontecer dentro ou fora do estabelecimento não será o mais importante. O problema reside nas más práticas e no mau ambiente gerado em torno de um espaço de escoteiros e para escoteiros, sabendo-se que o escotismo está ligado a faixas etárias muito jovens. A segunda principal preocupação é que os estabelecimentos de venda de bebidas alcoólicas carecem de licenciamento camarário que, pelos vistos, não existe.

Sr. presidente da Câmara – Já não há licenciamento camarário.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Estes estabelecimentos carecem de licenciamento e fiscalização e a Câmara, como entidade licenciadora e fiscalizadora, tem que exercer a sua atividade; é por essa razão que este tema é trazido à Assembleia Municipal e convém que não seja o senhor presidente da junta de freguesia de Santa Luzia a desvalorizá-lo e a prender-se com pormenores deste tipo. Todos os senhores presidentes de junta que aqui estão têm problemas desses que se vão deslocando de um lado para o outro consoante a pressão policial. A situação é real, é grave, atinge a nossa juventude e temos que a resolver.

Voltando aos assuntos da atividade municipal, gostaria que o senhor presidente da Câmara nos explicasse o que está a acontecer com a obra do Centro Interpretativo porque ouvimos relatos relacionados com problemas de construção, nomeadamente com a necessidade de partir e refazer por três vezes algumas lajes de esteira. Sabemos que as obras acarretam sempre alguns problemas mas não podem acontecer os mesmos e de forma repetitiva.

A minha segunda questão tem a ver com a obra de reperfilamento de uma ribeira que julgo chamar-se de «Grotta dos Calrinhos», aquela que passa entre os Serviços de Desenvolvimento Agrário e a fábrica da PRONICOL onde foi feito um emparelamento sem a colocação de ferro nos alicerces e nos muros em alvenaria. Gostaria de saber se o empreiteiro resolveu não cumprir o projeto, o que a inspeção camarária tem a dizer de uma obra sem ferro que desaba numa extensão de cerca de um quilómetro e que custos acrescidos poderão surgir para o município com a necessidade de refazer toda aquela estrutura de uma ponta à outra porque aquilo não está em condições. Ninguém constrói uma qualquer parede nas suas habitações sem ferro porque as paredes acabam por cair como está a acontecer ali.

Repito as minhas habituais questões relativas às grandes ruínas do município que estão ainda por resolver nomeadamente o edifício da antiga fábrica da ELA, do antigo hospital de Angra e do hotel dos franceses na Serretinha. Peço também um ponto da situação acerca do parque habitacional do concelho visto ser este o município da região com maior número de habitações, fruto dos bairros sociais. Gostaria de saber se houve alguma melhoria na situação das rendas em atraso por parte das famílias que habitam esses imóveis, se a autarquia já cumpriu com a sua intenção de vender algumas daquelas casas aos seus proprietários e quantas casas foram já vendidas.

Sr. presidente da Câmara – A situação da laje de esteira do Centro Interpretativo teve a ver com uma má implantação do terreno que foi detetada pela fiscalização e teve que ser demolida, o que não teve qualquer impacto no andamento da obra nem nas questões financeiras porque a responsabilidade coube totalmente a quem está a construir.

A outra situação que referi tem a ver com algumas dúvidas surgidas em relação à qualidade dos betões que estavam a ser utilizados, foi pedida uma análise e estamos à espera dos respetivos resultados. Isto acontece com alguma frequência em obras como aquela com um projeto relativamente sofisticado e usa betões com uma exigência muito superior àquilo que é normalmente utilizado do ponto de vista do betão. A obra tem cerca de dois meses de atraso, o

que é perfeitamente normal dada a sua dimensão, e perfeitamente recuperável se as coisas correrem conforme esperamos.

Em relação à Grota do Vimeal, o empreiteiro construiu de acordo com o projeto de criação de um canal sem esforços que não necessita de nenhum tipo de estrutura por não se tratar de uma parede de suporte. As chuvas e deformações originaram a queda de uma parede de pedra em cima desse canal que acabou por o derrubar. Há mais um bocado para cair e o assunto está a ser tratado com o proprietário do terreno atrás que creio tratar-se da fábrica de laticínios.

Não se prevê qualquer custo adicional, não é preciso refazer nada e a estrada será asfaltada. A obra não avançou tão depressa como desejaríamos devido a um problema de alguma dimensão relacionado com a inserção da estrada regional na parte junto aos laticínios e com uma nova estrada que foi construída pelo Governo Regional de acesso ao pavilhão de exposições. Juntam-se ali duas grotas e é preciso fazer uma elevação da estrada. O projeto está feito, o custo de cerca de 300 mil euros é manifestamente excessivo e estamos à procura de uma solução mais económica.

A questão do derrubamento dos muros terá que ser resolvida tapando as paredes atrás para evitar que a água se infiltre e faça cair a outra parede. Se a obra tivesse sido feita de acordo com o que estava previsto com o asfaltamento imediato para evitar que a água corresse por detrás dos blocos, aquilo não teria acontecido, mas a responsabilidade é do empreiteiro que demorou excessivamente a colocar o asfalto na estrada.

Em resposta à questão respeitante às grandes ruínas, a recuperação do hotel dos franceses na Serretinha está em curso, mas é necessária a construção de um novo acesso porque aquela descida não apresenta segurança suficiente para os autocarros que o novo operador pretende usar. Está-se a fazer um conjunto de estudos para encontrar um percurso alternativo mas o acesso terá que ser feito mais ou menos paralelo à costa partindo do lado do Porto Judeu e sempre mais ou menos à mesma cota.

Houve um conjunto de acordos de aquisição dos edifícios do antigo hospital e da ELA, esperemos que os mesmos se concretizem e sejam rapidamente anunciados por quem de direito. Estas coisas são complicadas e não gosto muito de falar sobre isso porque já vi o acordo a formar-se e a desaparecer por diversas vezes. Face a esta experiência, só me pronunciarei sobre o assunto quando vir o acordo assinado e prefiro os tais prognósticos no fim do jogo porque já estou desiludido em relação à capacidade dos jogadores.

No que toca aos bairros sociais, só no próximo mês de novembro é que se cumpre o prazo legalmente estabelecido da inalienabilidade. No orçamento deste ano aprovámos a norma que permite a alienação, ao longo deste verão vamos preparar o concurso e à medida que for atingida a data a partir da qual é possível vender, a venda será feita.

Sr. d. m. Luís Brasil – Este assunto do bar instalado na sede dos escoteiros de Santa Luzia - que não é o bar dos escoteiros - não devia sequer estar a ser aqui discutido. Na altura da última sessão da Assembleia Municipal falei com o senhor presidente da Câmara sobre isso, algum tempo depois conversei também com o senhor presidente da junta de freguesia de Santa Luzia e neste momento considero-me a pessoa mais abalizada para dar mais alguns detalhes sobre o que ali se passa.

Frequento a rua de Cima de Santa Luzia onde a minha rotina diária inclui o almoço ou o jantar, também lá vou ao fim de semana porque tenho lá familiares e gostaria de esclarecer o que disse o senhor presidente da junta de freguesia. A pessoa incomodada não é meu familiar, trata-se de uma senhora idosa que se manifestou porque conhece a minha vida política ativa, vive na casa contígua à sede dos escoteiros e já se sentiu ameaçada pela situação e pelo tipo de pessoas que se instalam na janela que encosta à porta de acesso ao bar.

Peço uma intervenção direta da Câmara porque a situação é da sua competência. Mal o bar dos escoteiros abriu ao público comecei a ver de imediato no interior e do lado de fora junto ao passeio um tipo de clientela que nada tem a ver com a atividade escotista. Aliás, desde que aquela sede reabriu com financiamento da junta e da câmara, nunca vi por ali um escoteiro fardado, uma parada de escoteiros ou outra qualquer atividade escotista, o que demonstra que aquilo não é, por excelência, uma sede de escoteiros.

Muito antes de falar com o senhor presidente da junta de freguesia e com o senhor presidente da Câmara, conversei com o responsável direto pelo Grupo 52 - do qual já fui membro - sobre essa situação e o que essa pessoa me disse é que iriam tentar reativar aquilo que já foi o bom Grupo 52. Entretanto já se passou muito tempo, essa pessoa tem muitas responsabilidades e acho bem que a Câmara ou a própria junta de freguesia emitam um comunicado direcionado à chefia regional para que ponha mão naquilo, caso contrário, aquele bar tem que fechar.

Já vi indivíduos que não são escoteiros sentados na porta em frente à sede com droga na mão. Ao serem surpreendidos à minha passagem, fecharam a mão e levaram a droga para dentro da sede. Há aqui uma relação direta entre estas pessoas e o próprio bar porque já os vi também a saírem da sede e instalarem-se num carro em frente para enrolar cigarros e partir doses de droga.

Quanto à venda de álcool e outros produtos tóxicos numa sede de escoteiros, não vai há muito tempo que, infelizmente, fomos reconhecidos como a região do país com maior toxicod dependência e consumo de álcool juvenil e continuamos a deixar abrir estabelecimentos assim.

Santa Luzia já tinha um problema grave com uma quantidade de jovens que se foram deslocando para a rua de Cima, para a rua de Baixo e para a rua do Pau São com rendas pagas pelo Governo Regional e bem acompanhados pela Segurança Social e este bar acabou por criar um ótimo espaço de lazer para aquela gente. É verdade que vão para lá pessoas idosas jogar dominó e cartas mas não se pode tolerar as negociatas e consumo de drogas e álcool à conta daquele estabelecimento.

Já me chamaram por três vezes para ir lá ver fora de horas, incluindo um domingo às 08h30m da manhã, algumas pessoas que se encontravam caídas na rua porque tinham estado a consumir álcool e possivelmente outros produtos durante toda a noite e houve a necessidade de chamar a ambulância para os ir buscar.

Não se trata de situações isoladas; tem havido ali um conjunto de episódios que justificam o encerramento daquele bar que não tem condições para se manter aberto ao público. Sei que o senhor presidente da junta de freguesia tem feito várias diligências, falou com a chefia local dos escoteiros e fez o que podia porque já conversámos os dois na própria rua, mas é a altura de a Câmara agir até porque há obra ilegal dentro da sede com a confeção de refeições sem as condições exigidas por lei para pessoas que trabalham nas redondezas e vão lá almoçar.

A vizinha do lado queixou-se que houve uma ampliação de um pátio interior que praticamente se encostou ao dela sem que a Câmara tivesse tido conhecimento. Depois da intervenção do senhor presidente da junta, os responsáveis pelo bar colocaram um papelinho na porta a dizer que o bar se destinava apenas a associados mas passo ali todos os dias e vejo que aquilo não vale rigorosamente nada.

Estando mais do que provado que aquele bar não se destina exclusivamente aos associados, é uma forte razão para uma intervenção camarária no sentido de impedir que a situação se mantenha. Permanecendo aberto, aquele espaço que seja ao menos digno de atividades saudáveis associadas aos escoteiros, vendendo apenas produtos legais que possam ser consumidos pelos jovens. Penso que estamos a fechar os olhos a um problema grave que pode levar a consequências bem mais sérias na freguesia.

Como já se aperceberam do meu descontentamento a respeito de toda a situação, já fui intimidado por duas ou três vezes quando passei por ali mas não vou deixar de frequentar a casa dos meus pais ou de outras pessoas na rua de Cima de Santa Luzia por causa de meia dúzia de indivíduos com comportamentos complexos que se acham no direito de intimidar quem não concorda com as suas atividades.

Sr. presidente da Câmara – A Câmara tomará as medidas necessárias. Contactarei pessoalmente os responsáveis pela AEP porque não é compreensível que uma estrutura dessas funcione dentro de uma sede de escoteiros.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Tendo praticamente desaparecido a recolha de lixo porta a porta que foi substituída por contentores, gostaria de saber se tem havido algumas falhas ou reclamações porque já chamei aqui a atenção para os contentores das reciclagens que possuíam aberturas demasiado pequenas para certos tipos de embalagens como as caixas de cartão difíceis de dobrar para lá serem colocadas.

Apesar de os contentores atuais serem um pouco mais altos e possuírem aberturas ligeiramente maiores, tenho ouvido reclamações por parte de alguns utentes especialmente os mais idosos ou com mobilidade mais reduzida que sentem alguma dificuldade em levantar as tampas por serem demasiado pesadas. Não sei como se poderá conciliar isto mas deixo aqui este alerta em jeito de constatação para que todos possam cumprir o seu papel no que toca à reciclagem e tratamento de resíduos porque nem todos os pormenores são acautelados quando se muda drasticamente um sistema.

Ficamos satisfeitos pelo facto de a proposta que tivemos o cuidado de apresentar a esta sessão da Assembleia Municipal ter suscitado uma discussão mais alargada e a sugestão do senhor presidente da Mesa para a possibilidade da realização de uma sessão extraordinária com o intuito de a adaptar de forma mais abrangente, mantendo a firmeza das posições que esta Assembleia venha a tomar.

Teremos muito gosto em retirar esta proposta desde que, com a concordância das outras bancadas e do senhor presidente da Mesa, a mesma seja substituída por outra com um conteúdo mais aprofundado e discutida nesta ou noutra sessão extraordinária da Assembleia Municipal. Se todos estiverem de acordo, da nossa parte o assunto fica desde já esclarecido, bastando apenas operacionalizar isto e, se for o caso, marcar a data para podermos continuar o trabalho.

Sr. presidente da Câmara – Temos um projeto que foi aprovado para financiamento comunitário destinado à melhoria da rede de recolha de resíduos nas zonas onde for possível instalar os contentores e assim permitir uma maior liberdade às pessoas.

No modelo atual, um dos grandes problemas da recolha porta a porta é o facto de as pessoas se verem obrigadas a colocar o lixo na rua a determinado dia e hora e cada um deve ter a liberdade de despejar o lixo quando lhe apetecer. Estamos a investir cerca de 200 mil euros nesta alteração e o serviço pode ser muito melhor se disponibilizarmos os contentores certos com a acessibilidade adequada, o que não é possível em todo o lado a não ser que se faça um investimento ainda maior na instalação de contentores subterrâneos devido à falta de espaços na via pública em muitas zonas do nosso concelho que permitam a instalação da bateria de contentores sem interferência com o trânsito. Ainda não esgotámos todas as zonas em que isso é possível e serão feitas alterações nos próximos tempos.

Foram comprados contentores de grande volume de um modelo chamado Cyclea, um dos melhores do mercado, que permitem um equilíbrio entre a abertura e o impedimento da entrada de água. Os contentores do lixo indiferenciado possuem um equilíbrio no peso da tampa para evitar que se mantenha sempre aberta e pode tornar-se um pouco pesada para abrir mas podem ser colocados junto a esses, alguns contentores mais pequenos de tampa circular para permitir a sua abertura por pessoas com mais dificuldade.

Esta primeira fase correu manifestamente bem e creio que se resolve o problema do espalhamento do lixo que temos na zona urbana particularmente nos dias de vento. Com este novo modelo de contentor resolve-se também o problema dos ratos e dos cães.

No dia 25 de abril tivemos sérios problemas com resíduos no centro da cidade porque, apesar de toda a gente saber que era feriado, houve quem insistisse em colocar o lixo cá fora e o resultado foi deplorável em algumas ruas por onde passei. Qualquer cidade moderna não permite esta forma de recolha mas temos problemas relacionados com a própria estrutura e com o dinheiro porque estas alterações exigem um investimento muito grande.

Este ano investiremos em mais algumas zonas onde houver espaços vazios mas depois teremos que olhar para o centro da cidade onde poderemos optar pela criação de depósitos subterrâneos de lixo o que acarreta um investimento enorme. Em alternativa, podemos repetir o que se fez há uns anos com pouco sucesso com a utilização de contentores redondos e proibir a colocação de sacos na rua mas levanta-se o problema das pessoas mais idosas que não têm força para mexerem com o contentor. Trata-se de alcançar um conjunto de equilíbrios nada fácil entre a comodidade das pessoas, com especial atenção para aqueles com menos força ou mobilidade reduzida, e a necessidade de mantermos o espaço limpo, cortando assim o alimento aos ratos e cães.

Esta primeira fase correu manifestamente bem. Os carros do lixo continuam a passar para efetuarem a recolha resultante de alguns casos de esquecimento mas creio que as pessoas se vão habituando com o andar do tempo e a coisa vai melhorar. Espero que nos próximos meses seja possível estender isto e melhorar a recolha em algumas zonas de S. Bento e aqui por cima em Santa Luzia, o que vai depender da libertação de algum dinheiro dos Serviços Municipalizados e da capacidade de se comprar mais contentores. Vamos ter que fazer algum estudo e juntar algum dinheiro porque o investimento é verdadeiramente gigante na zona urbana da cidade.

Sr. d. m. Emanuel Garcia – Ainda a respeito do bar dos escoteiros de Santa Luzia, é importante esclarecer que nunca recebi qualquer queixa a respeito de barulhos e o que quis dizer há pouco é que o senhor deputado Luís Brasil conhece bem aquela zona porque tem lá familiares e passa por lá frequentemente.

A Junta de Freguesia costuma apoiar os escoteiros com uma verba anual mas já lhes foi transmitida a informação de que este ano essa verba não será concedida enquanto esta situação, já levantada na assembleia de freguesia, não for resolvida. Foi esta a posição que tomei ontem perante os escoteiros para além de lhes comunicar que o bar tem que fechar no que respeita ao consumo de bebidas alcoólicas e à confeção de comidas. Aquilo já funcionou sem a venda de álcool aos miúdos, o responsável dos escoteiros disse-me que eles se juntam ali ao sábado mas a verdade é que nunca os vi ali nesse dia.

Uma coisa é o que se vê cá fora, a outra é o que se passa lá dentro. É certo que este ambiente não é o desejável mas nestas situações tudo serve para deitar para baixo e a realidade é que temos um problema de mau ambiente e de tráfico de droga na freguesia agora com um ponto de paragem ali nas vizinhanças.

Este ano ainda não foi transferida qualquer verba. É importante que fique bem claro que a junta de freguesia cessará todos os apoios e faremos um comunicado aos Escoteiros de Portugal enquanto responsáveis máximos por aquele grupo caso a situação não fique resolvida na próxima semana. É esta a minha posição e a posição da junta de freguesia de Santa Luzia a respeito deste assunto.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – O problema dos lixos ficará certamente resolvido porque, ao abrigo daquela regulamentação que aprovámos recentemente, os cães e os gatos castrados e detentores do micro chip mexerão muito menos nos caixotes do lixo.

O senhor presidente da Câmara sabe que não é verdade o que afirmou há pouco a respeito daquela obra na ribeira porque os muros servem efetivamente de suporte e as secções que caíram não foram apenas as que referiu devido à derrocada de uma parede adjacente. Os muros foram construídos sem a devida preparação para a drenagem de águas e filtrantes, suportam a estrada que é percorrida por veículos pesados de elevada tonelagem que vêm daquela fábrica de corte de pedra, da empresa que faz processamento de restos de madeira e também pelos veículos de transporte para a fábrica de laticínios.

O trânsito de veículos pesados faz vibrar aquela estrada com impacto direto no muro que está encostado àquelas terras. Só um trabalho menos cuidado de elaboração do projeto e de conceção daquela obra prevê que aqueles muros não devam ter nenhum tipo de suporte em ferro. Eu estive na obra, suponho que o senhor presidente da Câmara também tenha lá ido, e posso mostrar-lhe as fotografias. Aquilo é um mau projeto e uma má ideia e vou discordar profundamente porque acho que o senhor está completamente enganado quanto às conclusões que tira a respeito daquele local.

Quanto aos acessos ao hotel da Serretinha a partir do lado do Porto Judeu, relembro uma ideia antiga vinda da lista do Partido Socialista concorrente às eleições da Feteira que foram ganhas pelo saudoso Carlos Pinheiro, que previa a ligação à Fajã do Ficher por um acesso já existente ao Centro Equestre O Ilhéu que apresenta menor declive.

Sr. presidente da Câmara – Parece-me mais viável a partir do Porto Judeu.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Existe ali um acesso relativamente próximo que permite baixar a cota e exercer menor pressão sobre os sistemas de travagem dos veículos pesados. Poderá sair mais caro em termos de expropriação de terrenos mas tudo depende dos estudos que a Câmara venha a efetuar.

Terminadas as intervenções, a Informação da Atividade Municipal foi considerada apreciada.

1.2 - Documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo referentes ao resultado ao exercício de 2017.

Para apreciação e votação da Assembleia Municipal em conformidade com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, os quais apresentam os seguintes resultados:

Demonstração dos Resultados do Exercício:

- **Custos e Perdas:** 6 493 244,12 € (seis milhões, quatrocentos e noventa e três mil, duzentos e quarenta e quatro euros e doze cêntimos).
- **Proveitos e Ganhos:** 6 647 013,77 € (seis milhões, seiscentos e quarenta e sete mil e treze euros e setenta e sete cêntimos).
- **Resultado Líquido do Exercício:** 153 769,65 € (cento e cinquenta e três mil, setecentos e sessenta e nove euros e sessenta e cinco cêntimos).

Fluxos Financeiros:

- **Saldo da Gerência Anterior:** 2 587 871,99 € (dois milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, oitocentos e setenta e um euros e noventa e nove cêntimos).
- **Recebimentos:** 6 672 641,17 € (seis milhões, seiscentos e setenta e dois mil, seiscentos e quarenta e um euros e dezassete cêntimos).
- **Pagamentos:** 7 063 427,90 € (sete milhões, sessenta e três mil, quatrocentos e vinte e sete euros e noventa cêntimos).

- Saldo para a Gerência Seguinte: 2 197 085,26 € (dois milhões, cento e noventa e sete mil, oitenta e cinco euros e vinte e seis cêntimos).
- Execução Orçamental: 2 148 098,09 € (dois milhões, cento e quarenta e oito mil e noventa e oito euros e nove cêntimos).
- Operações de Tesouraria: 48 987,17 € (quarenta e oito mil, novecentos e oitenta e sete euros e dezassete cêntimos).

De acordo com o disposto no ponto 2.7.3.5 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), no Relatório de Gestão é proposto que 5% do resultado líquido do exercício de 2017 no valor de 7 688,48 € (sete mil, seiscentos e oitenta e oito euros e quarenta e oito cêntimos), seja transferido para a conta 571 “Reservas legais”. O remanescente, no valor de 146 081,17 € (cento e quarenta e seis mil, oitenta e um euros e dezassete cêntimos) manter-se-á em “Resultados transitados”.

É ainda proposta a transferência de 310 501,00 € (trezentos e dez mil, quinhentos e um euros) a título de participação do município nos resultados transitados nos termos do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

Os Documentos de Prestação de Contas foram organizados de acordo com as instruções do Tribunal de Contas que constam da Resolução n.º 4/2001 de 18 de agosto, alterada pela Resolução n.º 26/2013 de 21 de novembro, e ser-lhe-ão remetidos, nos termos do n.º 4 do ponto 2 - Considerações Técnicas, do POCAL e do n.º 4 do artigo 52.º da Lei n.º 98/97 de 26 de agosto, na redação da Lei n.º 20/2015 de 9 de março.

A Assembleia Municipal deverá deliberar sobre a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício constante do Ponto 8.1.6 do relatório.

Sr. presidente da Câmara – Apesar ter sido um ano desfavorável do ponto de vista hídrico em que houve desde muito cedo a necessidade de recorrer ao sistema de bombagem, conseguiu-se terminar o ano com perdas modestas.

Do ponto de vista financeiro o ano não foi mau nos Serviços Municipalizados, a conta é manifestamente boa e a transição de saldo relativamente avultada resulta de dificuldades na obtenção do visto devido a uma disputa entre empreiteiros na obra que agora está em curso. Este dinheiro correspondia ao investimento que se pretendia fazer na separação de esgotos, a obra está agora a seguir dentro da normalidade e a verba será aplicada.

Há aqui uma questão previsional pouco comum que tem a ver com a necessidade de criarmos condições para cobrir o défice da TERAMB. Existem 310 501,00€ para serem transferidos como pagamento extra pelo tratamento de resíduos com o objetivo de cobrir os 60% correspondentes ao município de Angra do Heroísmo no défice de exploração daquela empresa intermunicipal sem afetar as contas da Câmara porque isto será feito no âmbito dos Serviços Municipalizados. Esta despesa só será executada se houver, por parte do município da Praia da Vitória, a transferência correspondente aos seus respetivos 40%.

Nada há a apontar nas contas dos Serviços Municipalizados. Volto a lembrar que estamos desde 2011 a viver o oitavo ano consecutivo sem aumento de tarifas e temos uma conta muito boa face a essa evolução. A situação dos SMAH não é brilhante e não estamos a ganhar dinheiro mas temos um equilíbrio relativo que permite assumir as questões da TERAMB sem criar engulhos ao orçamento da Câmara.

Sr. d. m. Délio Borges – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e elenco camarário, senhores deputados, senhores presidentes de junta.

O senhor presidente da Câmara referiu a baixa execução do investimento e lembro que estamos a falar de pouco mais de 50% do que era o investimento inicial. De um investimento global de 2 500 000,00€, ficámo-nos por pouco mais de 1 400 000,00€.

Sr. presidente da Câmara – Daí a transição de saldo.

Sr. d. m. Délio Borges – Há aqui uma questão que ressalta do relatório dos Serviços Municipalizados e tem a ver com perdas de cerca de 19, 20%, ou seja, água perdida na rede que não é faturada, uma verba que é perdida pelos SMAH.

Sr. presidente da Câmara – Vende a água toda ao cliente. Não há falta de água.

Sr. d. m. Délio Borges – Há perda de água. Para termos a noção destes 19%, tive o cuidado de consultar os relatórios da entidade reguladora relativamente às boas práticas de perdas de água nos Serviços Municipalizados de vários concelhos do país. O concelho de Loulé tem perdas de 6% ao ano enquanto as perdas nos concelhos de Santo Tirso e Trofa rondam os 8,5%. Gostaria de saber o que estas perdas de 19% significam em termos financeiros e se a Câmara pretende implementar medidas no sentido de as reduzir paulatinamente.

Sr. presidente da Câmara – Estes 19 ou 20% situam-se relativamente abaixo da média das perdas em sistemas de distribuição de água. Contudo, é preciso perceber que a perda é a água que sai do reservatório sem ser faturada, não significando que toda foi derramada pelo chão; alguma foi usada na agricultura, outra foi roubada por isto ou por aquilo ou porque alguém mexeu nos contadores mas isso não corresponde a uma perda financeira. Seria uma perda financeira se alguém usasse esta água sem a comprar. Admitindo que toda a gente usou a água que pretendia, o valor intrínseco da água aproxima-se de zero, o que significa que perdemos água mas não perdemos dinheiro.

Na nossa ilha e em particular no concelho de Angra do Heroísmo, a água continua a ser um recurso absolutamente abundante na maior parte do ano e não há motivo para preocupações. É na distribuição da rede agrícola que se perde muita água e onde há ainda muito a fazer. A maior parte destas perdas deve-se à falta de contagem ou à má contagem da água mas tem-se vindo a melhorar o sistema. Se chegarmos a um acordo que pretendemos estabelecer com o IROA, provavelmente veremos desaparecer metade destas perdas.

Há outras questões relacionadas com roturas sérias em algumas zonas, nomeadamente em S. Bento e em S. Bartolomeu onde as perdas de caudais foram muito grandes e noutros locais onde ainda temos condutas em fibrocimento. Aquela que causava maiores problemas situava-se na zona da Nasce Água mas foi substituída e o assunto ficou resolvido.

A Ladeira da Ruida em S. Bartolomeu de que há pouco se falou é outra zona problemática e há também muitas roturas e perdas de água naquela zona entre a Canada de Belém e S. Bartolomeu que consideramos uma das áreas prioritárias de intervenção. Isto não tem qualquer relevância ao nível financeiro, estamos na média do ponto de vista das perdas e o investimento tem que continuar a ser feito, em particular na parte agrícola.

Em Portugal o valor das perdas da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) e do PEAASAR (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais) é de 25% e nós estamos situados perto da média nos países desenvolvidos que é de 15%.

Sr. d. m. Délio Borges – Mas é possível fazer melhor?

Sr. presidente da Câmara – É possível fazer melhor mas é necessário encontrar o equilíbrio entre o investimento e os ganhos financeiros e estas perdas não têm impacto financeiro nos Serviços Municipalizados. Haverá eventualmente algum impacto resultante daquela água que é usada sem ser paga e existe alguma distorção na competitividade entre agricultores porque uns têm água de graça e outros não.

Sr. d. m. Luís Brasil – O meu colega Délio Borges abordou de forma bastante pertinente a questão das percas. Analisando os documentos dos SMAH, verificamos que as percentagens de valorização dos resíduos compostos por plástico e metal e pelo vidro são bastante baixas (17,62% nos plásticos e 34% no vidro). Acrescentando o papel e o cartão, a valorização média de todos os resíduos recolhidos no nosso município é de 33,78% e estes 17,62% são questionáveis em comparação com os municípios a nível nacional. Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos explicasse as baixas percentagens de valorização depois de tanto investimento feito nesta área.

Sr. presidente da Câmara – Teoricamente deveríamos situar-nos na casa dos trinta e muitos por cento e, apesar das nossas percentagens relativamente baixas, somos os segundos melhores do país. O valor continua baixo devido à recolha porta a porta porque a maior parte das pessoas não tem paciência para guardar lixo em casa e faz-se pouca ou nenhuma separação. A maior parte da separação de resíduos é feita nas zonas onde existem os respetivos contentores, essencialmente nas áreas rurais onde há menos gente. Temos uma boa parte da nossa população a viver em zonas em que a recolha não é feita.

Existe uma outra dificuldade acrescida que tem a ver com as festas e o funcionamento das respetivas tascas, uma atividade geradora de grandes quantidades de resíduos onde não é feita a devida separação. No caso das touradas, os Serviços Municipalizados têm vindo a proceder a uma campanha com a colocação de contentores para os vidros com a respetiva recolha feita no próprio dia e tencionam pôr também em prática um plano para emprestar um contentor específico destinado à recolha de vidro e plástico produzido por quem tenha uma mesa e receba amigos em casa durante as touradas e as festas.

Como lhe disse, não nos devemos envergonhar porque estamos muito bem no contexto global, somos os segundos melhores do país, e nos países onde é prestada mais atenção a esta matéria, os valores não são muito melhores do que os nossos, rondando a casa dos 40%. Estamos a convergir rapidamente para a média das melhores práticas porque a separação total depende da vontade de cada um de nós e muitos não se dão a esse trabalho.

Sr. d. m. Luís Brasil – O senhor presidente da Câmara é livre de dar a explicação que tem a ver com aquilo que entende. Fazendo fé no que consta do relatório, gostaria de lembrar que a produção da componente doméstica *per capita* no concelho de Angra do Heroísmo é de 1,13 kg por dia e não me parece que se deva comparar o resultado de uma área pequena como a nossa com outras realidades nacionais. A média anual de 412,5 kg de lixo produzido por cada cidadão angrense não deve servir de comparação com outros concelhos com produção de lixo doméstico superior. Desde 2009 que ouço os elencos camarários socialistas dizerem que o investimento feito viria a dar resultado. Foram, de facto, feitos grandes investimentos mas os resultados continuam a ser estes.

Sr. presidente da Câmara – Volto a frisar que temos uma excelente percentagem no contexto nacional, também muito boa no contexto internacional, um excelente resultado que se compara ao que de melhor se faz por este mundo adiante. Não há nenhuma razão para nos aborrecermos com isso e pouco interessa o que é produzido por número de habitantes porque estamos a falar em percentagens.

Terminadas as intervenções, os Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados constantes do Ponto 1.2 foram apreciados e aprovados por maioria com 25 votos a favor (20 do PS, 4 do PSD e 1 da d. m. independente) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.3 - Documentos relativos à prestação de contas da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo relativos ao exercício de 2017.

Para apreciação e votação da Assembleia Municipal em conformidade com o estabelecido nas alíneas a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, organizados de acordo com as instruções do Tribunal de Contas que constam da resolução n.º 4/2001 de 18 de agosto, os quais se encontram elencados no anexo I e integralmente elaborados, com exceção do número 23 “Subsídios Obtidos” – não aplicável; 24 “Ativos de Rendimento Fixo” – não aplicável; 25 “Ativos de Rendimento Variável” – não aplicável e 35 “Relação de Emolumentos Notariais e Custas de Execuções Fiscais” – não aplicável.

Os documentos acima referidos apresentam os seguintes resultados:

Fluxos Financeiros:

- Saldo Total da Gerência Anterior (2016): 3 281 264,23 € (três milhões, duzentos e oitenta e um mil, duzentos e sessenta e quatro euros e vinte e três cêntimos).
- Receitas Orçamentais: 17 053 727,84 € (dezassete milhões, cinquenta e três mil, setecentos e vinte e sete euros e oitenta e quatro cêntimos).
- Despesas Orçamentais: 18 706 397,51 € (dezoito milhões setecentos e seis mil, trezentos e noventa e sete euros e cinquenta e um cêntimos).
- Saldo para a Gerência Seguinte: 1 615 717,09 € (um milhão, seiscentos e quinze mil, setecentos e dezassete euros e nove cêntimos).

Demonstração dos Resultados do Exercício:

- Custos e Perdas: 17 193 723,04 € (dezassete milhões, cento e noventa e três mil, setecentos e vinte e três euros e quatro cêntimos).
- Proveitos e Ganhos: 18 671 037,03 € (dezoito milhões, seiscentos e setenta e um mil, trinta e sete euros e três cêntimos).
- Resultado Líquido do Exercício: 1 477 313,99 € (um milhão, quatrocentos e setenta e sete mil, trezentos e treze euros e noventa e nove cêntimos).

Nos termos do ponto 2.7.3 do Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais (POCAL), propõe-se à Assembleia Municipal que o mencionado Resultado do Exercício seja aplicado nos seguintes termos:

571 - Reservas Legais: 74 000,00 € (setenta e quatro mil euros).

574 - Reservas Livres: 1 403 313,99 € (um milhão, quatrocentos e três mil, trezentos e treze euros e noventa e nove cêntimos).

Sr. presidente da Câmara – As contas da Câmara Municipal seguem o padrão dos anos anteriores com uma transição de saldo relativamente menor. Este ano, uma boa parte do valor que habitualmente transitava em saldo está investida no Centro Interpretativo e reduzimos mais uma vez de forma substancial o endividamento do município. As contas da Câmara estão bastante melhores do que as dos Serviços Municipalizados e temos uma situação extraordinariamente boa comparativamente a outros municípios.

Sra. d. m. Catarina Matias – Vejo efetivamente uma entrada de verba destinada ao apoio na melhoria das condições de habitação mas o que se está a verificar na prática é a falta de dotação orçamental para as requisições emitidas no ano de 2017, ou seja, existem alguns pedidos desde abril ou maio do ano passado com falta de dotação orçamental enquanto algumas requisições de 2018 estarão já com cabimento definido provavelmente devido ao saldo de gerência. Gostaria de perguntar ao senhor presidente da Câmara se estes pedidos de 2017 foram todos contemplados porque me parece que irão faltar aqui alguns “cobrezitos”.

Sr. presidente da Câmara – Neste momento e para todos os efeitos, a conta de 2017 está encerrada e tudo o que transitou como despesa ou compromissos não executados serão automaticamente refletidos e integrados em 2018 com os reforços necessários. É o processo

dinâmico que fazemos todos os anos e a Catarina conhece o sistema melhor do que ninguém. Por vezes isto emperra ali nas traseiras mas vai-se lá atrás desemperrar e há de se fazer isso nas próximas semanas.

Sr. d. m. Délio Borges – Senhor presidente, um resultado financeiro positivo das contas desta Câmara não significa necessariamente um resultado positivo para o desenvolvimento do concelho. As contas são um instrumento financeiro com muitos indicadores, saldos e passivos, mas é importante perceber que o ano 2017 foi o fim de um ciclo desta vereação.

Como o nosso vereador já o referiu por diversas vezes, continuamos a verificar nesta Câmara Municipal uma falta de visão estratégica que possibilite a implementação de obras estruturantes para o futuro do município que permitam um crescimento económico sustentado.

Sr. presidente da Câmara – Felizmente o povo não concordou consigo.

Sr. d. m. Luís Brasil – O povo não lê todas estas documentações.

Sr. d. m. Délio Borges – Continuamos com uma gestão a curto prazo adequada ao ciclo eleitoral. Nos últimos três anos as receitas municipais recolhidas pela Câmara Municipal aumentaram quase 900 mil euros que foram retirados dos bolsos dos angrenses...

Sr. presidente da Câmara – Neste caso, 300 mil aos angrenses e 600 mil aos bolsos da EDA.

Sr. d. m. Délio Borges – A EDA ainda é uma empresa pública. Gostaria ainda de obter uma explicação relativa ao valor em dívida das rendas sociais em atraso - quer dos particulares, quer dos estabelecimentos comerciais - que ultrapassa um milhão de euros. Se estas rendas não forem cobradas aos comerciantes, estamos a ser coniventes com os que operam na mesma atividade com o ónus da sua renda mensal.

Analisando o relatório, é possível perceber que os custos de manutenção com as habitações sociais têm vindo a aumentar nos últimos três anos mas é interessante verificar que a receita proveniente dessas mesmas habitações se mantém estável. Quem não paga, já não o faz há muitos anos, o que denota alguma falta de esforço para o recebimento dos valores em dívida, por isso lhe pergunto qual o plano de ação para a recuperação desse dinheiro.

Deixo aqui uma breve nota em relação aos custos com as Sanjoaninas que registaram um aumento de mais de 60 mil euros de 2016 para 2017. Visto que a oferta hoteleira de Angra se encontra completamente esgotada, pergunto se esses 60 mil euros não fariam falta à paupérrima programação cultural desta Câmara ao longo do ano.

Sr. presidente da Câmara – Paupérrima? Você não mora cá. Com certeza, vem cá só de vez em quando.

Sr. d. m. Délio Borges – Só de vez em quando. Também sei que, nas reuniões de Câmara, muitas vezes o senhor está isolado e tem que ouvir os seus colegas vereadores para a importância dos eventos culturais.

Sr. presidente da Câmara – Sempre fui um fraco líder.

Sr. d. m. Délio Borges – A 1 de janeiro de 2017 estavam contabilizados cerca de 800 mil euros de dívidas a terceiros e acabámos o ano vendo essas dívidas aumentadas para cerca de 1,3 milhões de euros, ou seja, mais cerca de 400 mil euros de dívidas a terceiros a 31 de dezembro. Antes que o senhor presidente me diga tratar-se de uma operação contabilística perfeitamente normal, informo-o que consulte as contas. Em 2016 estávamos com 870 mil euros a 1 de janeiro e acabámos o ano com 860 mil, denotando-se uma diferença no padrão contabilístico entre 2016 e 2017, o que me leva a presumir que isto se deve ao facto de 2017 ter sido ano de eleições. É importante pagar aos fornecedores para introduzir capital na economia local.

Sr. presidente da Câmara – Devemos alguma coisa a algum fornecedor?

Sr. d. m. Délio Borges – A 31 de dezembro, 1 milhão e 300 mil euros.

Sr. presidente da Câmara – A Câmara não tem nenhuma dívida vencida a terceiros porque paga atempadamente as suas contas. Quando há mais obras, há faturas e compromissos que transitam todos os meses. Por ser fim de ano, o dia 31 de dezembro não é especial no que diz respeito à execução e qualquer um de nós transita o ano com a luz e a água por pagar porque está a meio do mês.

Sr. d. m. Délio Borges – Há outros fornecedores para além desses.

Sr. presidente da Câmara – Os fornecedores desta Câmara estão todos religiosamente pagos dentro do seu prazo e não temos nenhuma dificuldade com isso. Tivemos muitas mais obras em 2017, duas delas de grandes dimensões ainda em curso como é o caso do Centro Interpretativo e do percurso pedestre.

Se Deus quiser, havemos de ter muitas obras no próximo ano que implicarão uma boa transição de saldo - o que é saudável - e a Câmara de Angra não tem nenhuma dificuldade financeira que a impeça de pagar as suas contas.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Uma curta observação para indicar o nosso sentido de voto neste documento de prestação de contas da Câmara relativo ao exercício de 2017 que se revela semelhante aos dos anos anteriores mas contém um cunho especial por se reportar ao último ano de mandato do executivo anterior. O senhor presidente da Câmara foi reeleito mas ficou encerrado um ciclo de quatro anos.

Como votámos contra algumas opções que ficaram plasmadas ao longo desse percurso de quatro anos, não nos resta outra opção senão votar também contra este documento porque o lemos no plano político e significa o encerramento do tal ciclo com a mesma chave que o abriu e com a qual não concordamos. Trata-se de uma motivação de cariz exclusivamente político - porque este é também um órgão de apreciação política - e não nos sentiríamos bem em levantar o sinal vermelho sem qualquer explicação.

Sra. d. m. Marília Vargas – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e executivo camarário, caros colegas.

O grupo municipal do PS vai votar a favor, porque achamos que a Câmara está a fazer um excelente trabalho com as contas equilibradas, uma boa execução e redução da dívida. Não podemos concordar com a visão do senhor deputado Délio Borges porque tem havido efetivamente um planeamento estratégico e obras estruturantes como é, disso exemplo, o Centro Interpretativo que está em curso.

Sr. d. m. Délio Borges – O senhor presidente não respondeu à minha questão referente à acumulação de dívida de rendas sociais e comerciais. Que soluções há para isto?

Sr. presidente da Câmara – Constam do documento que vem a seguir chamado «Norma de Controlo Interno».

Não se registaram mais intervenções. Os Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo constantes do Ponto 1.3 foram apreciados e, depois de votados, aprovados por maioria com 27 votos a favor (22 do PS, 4 do PSD e 1 da d. m. independente), 9 abstenções do PSD e 2 votos contra do CDS-PP.

1.4 - Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais desta Câmara Municipal referente ao ano de 2017 cujo total é de 133 443 882,08 € (cento e trinta e três milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, oitocentos e oitenta e dois euros e oito cêntimos). Para apreciação da Assembleia Municipal nos termos da alínea l), n.º 2, artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – O município de Angra do Heroísmo tem nesta altura um património notável e de grande qualidade num valor acumulado de 133 milhões de euros que tem aumentado nos últimos anos porque a Câmara tem vindo a adquirir um conjunto de imóveis e a fazer uma série de investimentos que muito valorizaram este património. Este valor voltará a crescer nos próximos anos com a incorporação do Centro Interpretativo e do valor que está a ser investido no Fanal, além de todo o valor acumulado nos restantes investimentos que estão a ser feitos na rede de águas e esgotos.

Este património está aqui valorizado apenas do ponto de vista contabilístico mas vale muito mais do que isso do ponto de vista real. 133 Milhões de euros é muito dinheiro e trata-se do resultado de centenas de anos de investimento do município.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Estas análises financeiras do inventário valem o que valem, são sempre dotadas de alguma subjetividade e a alienação desse património não seria possível porque as coisas adquirem tal dimensão que não haveria mercado nem compradores.

Pela leitura aligeirada que fiz e com vista à simplificação da consulta do documento pelos deputados desta casa, pergunto que medidas seriam possíveis para retirar do inventário aquilo a que talvez possamos chamar de «sucata» porque não precisa de lá constar. Já cheguei a cair na asneira de imprimir o inventário e a sua leitura aprofundada é algo que uma pessoa só deve fazer uma vez na vida.

Sr. presidente da Câmara – A valorização do inventário obedece a um conjunto de normas legais que constam do POCAL. Este valor contabilístico é calculado de acordo com um conjunto de fórmulas, não corresponde ao valor de mercado e a Câmara faz sempre um esforço no sentido de ir abatendo os bens que desvalorizam. Nestes últimos tempos foram abatidas muitas viaturas velhas e outros bens, mas a verdade é que acabamos por encontrar no inventário um pouco de tudo desde livros e folhetos até aos mais diversos objetos que nada valem do ponto de vista patrimonial. 90% do valor do inventário acaba por constar em duas páginas apenas mas a lei assim obriga e assim se faz.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Há um conjunto de bens nesta listagem com existência zero.

Sr. presidente da Câmara – Valor zero.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – É «existência zero» mas poderá tratar-se de um problema informático. Não sei se o POCAL obriga à apresentação destes bens de *stock* zero com um preço médio no inventário e cuja multiplicação pela quantidade zero resulta obviamente num valor total de zero. Se estas linhas de referência zero não forem obrigatórias, assim como outros itens que aqui constam bloqueados devido à alteração da designação, talvez seja possível reduzir o relatório de 50 para 25 ou 30 páginas.

A remoção dos itens de existência zero e de preço médio que poderiam ter sido consumidos ao longo do ano a que se refere o relatório e deixaram de constar à data de 31 de dezembro tornaria esta listagem mais aligeirada, facilitando a sua leitura e um melhor controlo por parte dos próprios serviços da Câmara. Fica aqui a sugestão no sentido de simplificar esta carga visto que considero absolutamente desnecessário fazer constar aqui e apresentar a este órgão aquilo que já não existe e é irrelevante do ponto de vista político.

Sr. d. m. Luís Brasil – A explicação sobre a valorização teórica do senhor presidente da Câmara a respeito deste inventário faz-me lembrar aquele provérbio que diz que o cavalo aos olhos do dono é o melhor dos cavalos.

Se a Câmara é assim tão rica em bens patrimoniais, e tendo em conta que o senhor já vai para o quinto ano de exercício, não seria necessário que a Conta 2 do passivo de inventário apresentasse o valor de 15 356 000,00€ e talvez já tivéssemos podido abater alguma coisa aqui. Se temos tanto património e estamos assim tão ricos, não haveria razão para que as dívidas a

terceiros a médio e longo prazo fossem de 12,5 milhões. Talvez pudessemos resolver este problema com mais celeridade uma vez que a Conta 12 de ativos disponíveis só tem 1 600 000,00€ em 2017.

Terminadas as intervenções, o Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da Câmara Municipal referente ao ano de 2017 foi considerado apreciado.

1.5 - Norma de Controlo Interno da Câmara Municipal do Heroísmo.

Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea i), do n.º 1 do artigo 33.º e da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Conforme poderão ver no parecer do auditor, uma das questões que têm sido frequentemente levantadas em relação à Câmara é a inadequação da Norma de Controlo Interno em vigor. A norma dos Serviços Municipalizados é recente mas a da Câmara datava de 2003 e na altura já se revelava manifestamente insuficiente, o que nos levou a optar por uma norma única com aplicação generalizada a todos os serviços dependentes do município e incluir nela um conjunto de questões avulsas que estavam em deliberações, em circulares e noutras formas de regulação.

Em resposta à questão há pouco colocada a respeito da cobrança de dívidas, e como se pode ver no artigo 184 da Norma, optou-se por generalizar a utilização dos mecanismos de cobrança fiscal para resolver os problemas das rendas em atraso e dos pagamentos em dívida aos Serviços Municipalizados.

A dívida de que há pouco se falava é, de facto, muito grande; nalguns casos o acumulado é de vinte anos, uma boa parte está prescrita mas a prescrição nunca foi declarada porque o devedor nunca a invocou. Temos aqui uma dívida histórica que vamos tentar resolver; para tal era necessário operacionalizar esta norma e creio que o município poderá assim resolver de forma mais fácil o problema das rendas e das dívidas aos Serviços Municipalizados que são substantivas e desde há décadas nalguns casos.

No fim de contas trata-se de uma compilação das normas existentes sem grandes inovações. Apenas se pretende satisfazer os requisitos legais de uma receita que necessita da aprovação da Assembleia Municipal devido à existência de normas com efeito externo como as execuções fiscais e as cobranças coercivas.

Sra. d. m. Catarina Matias – O senhor presidente está a prever a venda destas casas?

Sr. presidente da Câmara – Depois do dia 15 de novembro quando acabar o ónus da inalienabilidade.

Sra. d. m. Catarina Matias – Fará essa proposta aos moradores?

Sr. presidente da Câmara – Consta do orçamento em vigor.

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Norma de Controlo Interno constante do Ponto 1.5 foi aprovada por maioria com 33 votos a favor (22 do PS, 10 do PSD e 1 da d. m. independente) e 2 abstenções do CDS-PP.

1.6 - Segunda revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2018.

Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do ponto 8.3 do POCAL conjugado com a alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Os Pontos 1.6 e 1.7 referem-se respetivamente à transição e reinscrição de saldo da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Esta Segunda Revisão ao Orçamento e Grandes Operações do Plano da Câmara Municipal e Primeira Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos SMAH deveriam refletir o saldo de gerência do mandato anterior e um conjunto de compromissos que foram discutidos e aceites pela Câmara Municipal sob proposta do PSD que é o partido em oposição na vereação.

Verifica-se, num ato de intenção, a abertura das rubricas mas não foram dotadas de verbas para que algo se concretizasse no ano a que os documentos se reportam. Entenderam os vereadores do PSD honrar a sua posição inicial de apoio aos documentos previsionais e aos compromissos para com o senhor presidente da Câmara e esperamos que a Câmara mantenha a sua vontade de honrar esses mesmos compromissos para com o PSD. No entanto a situação não mudou porque o voto inicial foi para o Plano e Orçamento da Câmara e o que vier a ser feito no sentido de honrar esses compromissos dificilmente será concretizado no ano de 2018. Nesse sentido, o PSD vai manter o voto da reunião em que foi discutido o Plano e Orçamento e continuar a abster-se, fazendo fé que esses mesmos compromissos possam ser honrados e que a boa vontade dos vereadores merecerá por parte da Câmara e do seu presidente, igual gesto de nobreza e boa vontade para acolher sugestões. Não esqueça o modo construtivo como esta vereação, desde o dia em que tomou posse, resolveu dar-lhe também a si um voto de confiança, senhor presidente.

Sr. presidente da Câmara – Temos toda a intenção de cumprir todos os compromissos que foram assumidos e esperamos poder começar por S. Sebastião. As coisas estão a decorrer a bom ritmo e a breve trecho esperamos novidades sobre essa matéria.

A Segunda revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para 2018 constante do Ponto 1.6 foi aprovada por maioria com 25 votos a favor (20 do PS, 4 do PSD e 1 da d. m. independente) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.7 - Primeira Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo.

Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do ponto 8.3 do POCAL conjugado com a alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

O documento foi aprovado por maioria com 25 votos a favor (20 do PS, 4 do PSD e 1 da d. m. independente) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

Sr. presidente da Câmara – Peço ao senhor presidente da Mesa para que os Pontos de 1.8 até 1.14 inclusive sejam considerados em simultâneo porque são essencialmente a mesma coisa. Ao contrário do que aconteceu no orçamento da Câmara Municipal em que foi colocada uma norma que permite dispensar isto, por erro nosso, essa norma não foi incluída no orçamento dos Serviços Municipalizados.

Uma interpretação mais estrita do que consta do Orçamento de Estado obriga a que estes contratos - alguns relativamente comezinhos - tenham que ser comunicados. Esta comunicação não seria necessária se tivéssemos incluído a respetiva norma no orçamento dos SMAH, por isso estamos a dar conhecimento.

1.8 - Comunicação de contratação de serviços pelos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2017 - Subscrição de uma licença Auto CAD Civil 3D – 2018 e 2019.

Para conhecimento do órgão deliberativo, considerando que a contratação foi realizada nos termos da autorização prévia genérica concedida em sessão de 15-12-2017.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento constante do Ponto 1.8.

1.9 - Comunicação de contratação de serviços pelos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2017 – serviços de acesso à Internet – Fibra MEO (3 anos).

Para conhecimento do órgão deliberativo, considerando que a contratação foi realizada nos termos da autorização prévia genérica concedida em sessão de 28-11-2016.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento constante do Ponto 1.9.

1.10 - Comunicação de contratação de serviços pelos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2017 – serviços de manutenção de extintores (3 anos).

Para conhecimento do órgão deliberativo, considerando que a contratação foi realizada nos termos da autorização prévia genérica concedida em sessão de 28-11-2016.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento constante do Ponto 1.10.

1.11 - Comunicação de contratação de serviços pelos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2017 – serviços de assistência técnica, manutenção e consultoria eletrónica dos Pts – 2018 e 2019.

Para conhecimento do órgão deliberativo, considerando que a contratação foi realizada nos termos da autorização prévia genérica concedida em sessão de 28-11-2016.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento constante do Ponto 1.11.

1.12 - Comunicação de contratação de serviços pelos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2017 – serviços de “Cartrack” - gestão por GPS da Frota Automóvel - 2018.

Para conhecimento do órgão deliberativo, considerando que a contratação foi realizada nos termos da autorização prévia genérica concedida em sessão de 28-11-2016.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento constante do Ponto 1.12.

1.13 - Comunicação de contratação de serviços pelos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2017 – serviços de coordenação de segurança em obra – Empreitada de Remodelação do Sistema de Drenagem de Águas Residuais da Cidade de Angra do Heroísmo.

Para conhecimento do órgão deliberativo, considerando que a contratação foi realizada nos termos da autorização prévia genérica concedida em sessão de 28-11-2016.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento constante do Ponto 1.13.

1.14 - Comunicação de contratação de serviços pelos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2017 – serviços de fiscalização – Empreitada de Remodelação do Sistema de Drenagem de Águas Residuais da Cidade de Angra do Heroísmo.

Para conhecimento do órgão deliberativo, considerando que a contratação foi realizada nos termos da autorização prévia genérica concedida em sessão de 28-11-2016.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento constante do Ponto 1.14.

Sr. presidente da Câmara – Peço ao senhor presidente da Mesa para que os Pontos 1.15 e 1.16 sejam considerados em simultâneo. Nada a apontar no que respeita aos Serviços Municipalizados mas existia uma observação em relação à Norma de Controlo Interno da

Câmara Municipal que o auditor referia não estar adequada à realidade legal e que há pouco foi corrigida com a aprovação do Ponto 1.5 da Ordem de Trabalhos desta Assembleia.

1.15 - Relatório Intercalar de Auditoria realizado por Ana A. Santos C. Sousa Góis & Associado, SROC, Lda. referente à análise das contas do Município encerradas a 30-06-2017. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório constante do Ponto 1.15.

1.16 - Relatório Anual de auditoria realizado por Ana A. Santos C. Sousa Góis & Associado, SROC, Lda. referente à análise das contas do Município encerradas a 31-12-2016.

Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório constante do Ponto 1.16.

1.17 - Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2017 da TERAMB, EM.
Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Câmara – Na última sessão da Assembleia Municipal tinha-se já escarpelizado esta matéria e o relatório veio confirmar o que se disse na altura. A TERAMB fechou o seu ano com cerca de 520 mil euros de resultados negativos que foram repartidos 60/40% por ambos os municípios. Este valor que foi considerado atrás na conta dos Serviços Municipalizados não tem qualquer impacto sobre as nossas contas e é muito reduzido sobre os SMAH.

Esperemos que não haja resultados negativos no ano 2018 e tudo indica que as contas sejam positivas porque a situação financeira melhorou bastante com a entrada em funcionamento da geotermia, o que fez com que as deslastragens caíssem para cerca de 5% enquanto se situavam em valores entre os 20 e os 30% no ano anterior, e o preço de venda da eletricidade aumentou substancialmente para os 100,50€ o megawatt/hora.

Se a situação da TERAMB não melhorar teremos que optar por um conjunto de outras soluções que passarão eventualmente por um aumento da tarifa. A TERAMB possui neste momento uma tarifa de 25€ a tonelada, a mais baixa do país e provavelmente uma das mais baixas da Europa, e para atingirmos o equilíbrio das contas teremos que a aumentar para cerca dos 28€ a tonelada o que ficará manifestamente abaixo dos 70€ que são cobrados no arquipélago da Madeira. Há muitas situações possíveis mas vamos ver como evolui o ano de 2018.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Nas reuniões anteriores em que se discutiu a situação financeira da TERAMB, o senhor presidente da Câmara garantiu-nos que os défices de exploração rondariam os 300 mil euros mas o valor que nos é apresentado aqui hoje situa-se nos 500 mil, o que indicia uma derrapagem significativa face ao valor anteriormente discutido.

O senhor presidente voltou a fazer aqui hoje um ato de fé que isto ficará muito melhor para o ano mas isso talvez só seja possível com muita fé. Também costume ir todos os anos à Serreta a pé mas isto não deve ser assim. No que respeita a situações financeiras de unidades de produção de energia elétrica, as coisas não se devem nortear por atos de fé, muito menos com estatuazinhas de Nossa Senhora penduradas na sala de comando da Central de Valorização Energética.

Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos dissesse o que correu tão mal assim e quais os pontos fracos, sabendo-se que os custos de manutenção devido à corrosão serão uma realidade com a qual ambos os municípios terão que lidar.

O PSD apoiou os sucessivos executivos municipais que tiveram que lidar com a questão da valorização energética de resíduos para que, ao contrário do que aconteceu em S. Miguel, o processo na ilha Terceira fosse pacífico, sem alarme social, pudéssemos resolver o nosso problema dos passivos ambientais e tivéssemos uma unidade de valorização energética a funcionar em vez de herdarmos uma geringonça - esta mecânica e não política - que acabe por acumular défices em vez de resolver os problemas da ilha.

Sr. presidente da Mesa – Para que conste da ata, quantas vezes por ano o senhor deputado Luís Rendeiro vai a pé à Serreta?

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Só uma.

Sr. presidente da Mesa – Não chega. Não chega.

Sr. presidente da Câmara – Declarando desde já para a ata, informo que também só vou a pé à Serreta uma vez por ano.

De acordo com a garantia, os problemas de corrosão daquela estrutura durante os próximos cinco anos serão da responsabilidade do construtor que está a proceder aos tratamentos necessários para os resolver. Agora não posso precisar se referi 300 ou 500 mil euros mas não é isso que vai fazer a diferença. Estavam previstos resultados negativos nos primeiros cinco anos de funcionamento e não os obtivemos durante três anos.

Um resultado negativo de meio milhão de euros numa estrutura daquelas é um excelente resultado e este é negativo porque os acionistas assim o entenderam. Poderíamos ter aumentado ligeiramente a tarifa mas optámos por não o fazer durante, pelo menos mais um ano, e depois veremos o que fazer. Temos várias soluções alternativas em relação ao funcionamento da incineradora, mal seria se as esgotássemos e ainda não usámos nenhuma delas.

Continuo a fazer o meu ato de fé e estamos muito bem, daqui a um ano veremos se o assunto merece uma segunda ida à Serreta a pé mas creio que não vai ser preciso porque, através da tarifa ou de outros mecanismos de compensação pela remoção de passivos ambientais, é possível resolver este assunto. Temos um valor muito pequeno comparado ao volume de negócios. Bastava pôr 3 euros em cada tonelada, passando de 25 para 28€, o que não é nada se olharmos para os nossos vizinhos que pagam 70€. Se for preciso, felizmente os Serviços Municipalizados têm capacidade financeira para assumirem os custos. Não há nada de complicado nesta matéria e continuo a manter a minha excelente expectativa no desempenho da CVE.

Não se registaram mais intervenções. A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2017 da TERAMB constante do Ponto 1.17.

1.18 - Voto de Congratulação ao Sport Club Angrense pela vitória no Campeonato Sénior de Futebol dos Açores 2017/18 e pela vitória no Campeonato Regional de Futebol Juniores B 2017/18.

Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Sr. vereador Guido Teles – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhor presidente da Câmara e colegas vereadores. Passarei a ler apenas a parte final deste Voto de Congratulação:

«Reconhecendo o mérito desportivo dos títulos alcançados pelo Angrense, saudando tal feito histórico no desporto terceirense e todos os seus atletas, técnicos, dirigentes e associados, venho propor que a Câmara Municipal aprove a atribuição de um Voto de Congratulação ao Sport Club Angrense pela vitória no campeonato sénior de futebol dos Açores 2017/2018 e pela vitória no campeonato regional de futebol de juniores B 2017/2018.»

Este voto foi aprovado por unanimidade na reunião de Câmara Municipal. Entretanto o S. C. Angrense venceu também a taça da ilha Terceira, por isso proponho que seja acrescentada a este voto a congratulação por esse facto.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – O PSD vai associar-se a este voto à semelhança do que tem vindo a fazer sempre que este tipo de votos é apresentado por nós ou pelos outros partidos devido ao sucesso dos clubes do concelho. Tomáramos nós ter uma mão cheia de sucessos desportivos dos nossos clubes para apresentar em cada sessão da Assembleia Municipal. Devido aos seus resultados, o Sport Club Angrense tem sido habitual frequentador das nossas sessões e nós vamos votar favoravelmente.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – É evidente que também nos associamos a este Voto de Congratulação ao Sport Clube Angrense e nada temos a opor às alterações aqui propostas que fazem todo o sentido.

Sr. d. m. António Toledo Alves – Senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas, boa tarde a todos.

Subscrevemos e também vamos votar a favor. Além de ser uma das referências da nossa cidade, gostaria de salientar o excelente trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Sport Clube Angrense, principalmente na formação dos jovens do nosso concelho e de toda a ilha, e pelo facto de utilizar atletas locais nas suas competições, alcançando assim a conquista de troféus com o seu trabalho.

Sr. presidente da Mesa – A Mesa da Assembleia também se associa a este voto que deve ser remetido ao respetivo clube.

Terminadas as intervenções, a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade o Voto de Congratulação ao Sport Clube Angrense, acrescentando às vitórias alcançadas, a conquista da Taça Ilha Terceira em Futebol Sénior.

Sr. presidente da Mesa – Relativamente ao último ponto da Ordem de Trabalhos, gostaria de colocar à consideração dos líderes dos grupos municipais se devemos prosseguir os trabalhos ou se os interrompemos para almoço para os retomarmos às 14 horas.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Poderíamos conversar um bocadinho, íamos almoçar e continuaríamos da parte da tarde.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – A dada altura, o senhor presidente da Mesa colocou a hipótese da realização de uma sessão extraordinária desta Assembleia para a discussão desse ponto. Se for esse o entendimento dos grupos parlamentares, poderíamos encerrar agora os trabalhos desta sessão e planear as coisas para a próxima.

Sr. presidente da Mesa – Por sugestão dos líderes das respetivas bancadas, interromperemos os trabalhos por cinco minutos e vamos ao meu gabinete falar sobre isto.

Interrupção dos trabalhos durante cerca de cinco minutos.

Sr. presidente da Mesa – Da reunião da conferência de líderes ficou decidida a marcação de uma sessão extraordinária, tão rápido quanto possível, para debatermos de forma mais abrangente o Ponto 4.1 da Ordem de Trabalhos apresentado pelo CDS-PP.

2 – DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.1 - Designação de um representante das juntas de freguesia na Comissão Municipal de Protecção Civil nos termos da alínea i) do artigo 41.º da Lei n.º 80/2015 de 3 de agosto.

Após votação por escrutínio secreto, foi designado o presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Sr. Paulo Jorge Pimentel da Silva com 29 votos a favor, 1 abstenção e 8 votos contra.

Sr. presidente da Mesa – Concedo a palavra ao senhor deputado João Santos que teve que se ausentar devido a um incêndio ocorrido na cidade de Angra.

Sr. d. m. João Santos – Muito boa tarde senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e Exma. vereação, caros colegas deputados municipais.

Tendo os bombeiros ocorrido ao combate de um incêndio na rua do Pau São em Angra do Heroísmo, não poderia deixar de fazer esta intervenção mesmo correndo o risco de me tornar repetitivo.

Atendendo à forma como o estacionamento é permitido em Angra do Heroísmo, desafio cada um dos senhores deputados presentes nesta sala a tentarem conduzir uma ambulância ou uma viatura dos bombeiros nas ruas do centro desta cidade. É incrível a dificuldade com que, para ocorrer a um incêndio, uma viatura de bombeiros tem que fazer um compasso de espera para conseguir passar na esquina do edifício da Câmara municipal entre táxis, obras, palcos, grades, carros mal parados, carros em segunda fila, descargas, tudo e mais alguma coisa.

Ali ao pé da Caixa Geral de Depósitos há carros a descarregarem dinheiro, a senhora que está a falar ao telemóvel, a outra que vem da loja do chinês ou o que foi à caixa multibanco, enquanto o carro dos bombeiros se vê obrigado a outro compasso de espera para poder virar porque, do outro lado da rua, há mais alguns carros mal estacionados.

É incrível como se atrasa um combate a um incêndio por cinco minutos para pedir a algumas pessoas que ajudem a arrastar um carro que está a bloquear um marco de incêndio e a impedir que se lhe ligue uma mangueira.

O senhor presidente da Câmara tem já uma solução para o marco de incêndio que referi na última sessão da Assembleia Municipal? É que, neste caso, a senhora por pouco não enfiou o carro em cima do marco de incêndio naquele triângulo da rua da Queimada que, por incrível que pareça, até estava tapado por dois carros.

Não haverá alguma solução para tamanha falta de civismo e incumprimento das regras de trânsito na cidade de Angra? Pouco mais me resta do que apelar não sei a quem, a não ser à consciência do senhor presidente da Câmara e dos senhores vereadores para que façam alguma coisa relativamente ao policiamento e ao incumprimento das regras de estacionamento nesta cidade.

Sr. presidente da Mesa – Como o senhor deputado refere e bem, de facto não é muito fácil combater a falta de civismo que está patente em muita coisa neste mundo.

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PSD

3.1 - Recomendação do Partido Social Democrata no sentido de que a Secretaria Regional do Governo dos Açores que tutela e detém atribuições de competência na realização de obras nas estradas classificadas como regionais, proceda à construção de um passeio para peões no início do troço da Via Rápida no sentido Angra do Heroísmo-Praia da Vitória desde a rotunda até à entrada e acesso ao complexo desportivo João Paulo II. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Sr. d. m. Luís Brasil – Gostaria de esclarecer que esta proposta é, no fundo, um complemento de uma outra apresentada pelo CDS-PP relativa à construção de uma estrutura tipo ponte aérea de travessia de peões naquela zona.

Temos constatado a existência de muito trânsito pedonal do lado direito a subir a via rápida logo a seguir à rotunda dos touros. As pessoas atravessam ali junto à rotunda e sobem aquela via com destino às instalações do parque desportivo caminhando sobre a relva junto a uma vala que ali há para escoamento de águas pluviais.

A nossa proposta vai no sentido de ser criado ali um passeio com as dimensões e piso apropriado para facilitar o trânsito pedonal no sentido ascendente até às instalações desportivas do estádio João Paulo II.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Estamos inteiramente de acordo e percebemos a complementaridade entre esta proposta e aquela que foi votada por unanimidade na sessão anterior.

Em complemento do que o senhor presidente da Mesa referiu há pouco, informo que a nossa proposta constante do Ponto 4.1 considera-se retirada para que possa ser debatida de forma mais ampla numa sessão extraordinária da Assembleia Municipal. Esta parece-nos uma boa solução para que o nosso concelho desenvolva uma ação mais unida e com maior peso na defesa de uma maior acessibilidade à ilha Terceira.

Sr. d. m. João Santos – O PS associa-se e votará favoravelmente esta iniciativa. Penso que ficou claro tratar-se de um percurso de acesso ao recinto do estádio João Paulo II e não vemos isto como uma obra que obrigue a mexer nos canais, ao derrube de árvores, etc. Até haver a pote pedonal - se a houver - a lógica é a pessoa vir cá abaixo, atravessar na passadeira e circular por um passeio de acesso às instalações desportivas, uma ideia que acolhe o nosso apoio.

*Terminadas as intervenções e posta à votação, a **Recomendação constante do Ponto 3.1** foi aprovada por unanimidade.*

3.2 – Proposta do Partido Social Democrata no sentido da Câmara Municipal providenciar a transmissão direta e replicação total das sessões de trabalho da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

Sr. d. m. Délio Borges – Esta proposta resultou de uma discussão interna do grupo municipal do PSD que gostaríamos de ver partilhada por todos os grupos municipais.

Constatando-se a histórica fraca participação dos angrenses nas sessões desta Assembleia em que a própria comunicação social local também está ausente na maior parte das vezes e algo que podemos constatar hoje também, o que se pretende com esta proposta é a aproximação dos cidadãos a este órgão de poder local.

Entre as dezenas ou centenas de horas de transmissões do canal VITEC, reconhecido como um bom meio de divulgação do concelho e visto por muita gente, pretende-se encontrar um espaço de tempo de 3 ou 4 horas trimestrais para a transmissão das sessões desta Assembleia dada a sua importância para a vida dos angrenses.

Sr. d. m. Décio Santos – Muito boa tarde, senhor presidente e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara, caros colegas deputados municipais. O grupo municipal do Partido Socialista reconhece o mérito e concorda com o objetivo desta proposta, no entanto não pode concordar com a forma como a mesma foi elaborada visto que esta Assembleia Municipal não deve aprovar propostas ou recomendações para que a Câmara estabeleça relações com determinadas entidades privadas.

Consideramos que a proposta deve revestir-se na forma de recomendação para que esse objetivo possa ser considerado em futuras negociações entre a Câmara e outra qualquer entidade que venha a prestar o serviço que a VITEC presta atualmente. Assim sendo, não faz sentido que votemos favoravelmente esta proposta.

Sra. d. m. Marília Vargas – Reforçando o que foi dito pelo senhor deputado Décio e de acordo com o princípio da transparência, não concordamos com a adjudicação direta através desta Assembleia e achamos que deve ser aberto um concurso extensivo a outras empresas.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Pois é, senhora deputada Marília Vargas. Se é coisa que esta Câmara Municipal faz - assim como o fizeram os executivos anteriores - são ajustes diretos. O que aqui se pretende não é inventar nada de novo e apenas pegar num contrato de prestação de serviços que já existe entre a Câmara Municipal e a VITEC com vista à promoção dos eventos que a Câmara entender.

O PSD propõe que esse mesmo contrato venha a abranger também a transmissão dos trabalhos da Assembleia Municipal. Não me aborreceria que a bancada do Partido Socialista dissesse que os custos da transmissão em direto seriam inoportáveis e que a proposta tivesse que ser alterada para que esta sessão fosse documentada e transmitida em diferido aos munícipes daqui a dois ou três dias.

O que o grupo municipal do PSD defende é que esta nossa participação democrática possa chegar à população porque todos fomos já vítimas de críticas por parte das pessoas de que as assembleias municipais são inúteis, não estamos aqui a fazer nada, os agentes políticos são todos uns corruptos e nada disso se passa nesta casa. Como nenhum de nós deve o que quer que seja acerca do seu trabalho, da sua competência e do que aqui faz, com esta proposta apenas se pretende uma maior aproximação entre eleitos e eleitores.

Os documentos da atividade municipal contêm um rol interminável de ajustes diretos que são uma ferramenta de trabalho de qualquer autarquia. O contrato de prestação de serviços com a VITEC e o respetivo custo para o orçamento camarário também já existe e consta dos documentos da Câmara.

Sr. presidente da Câmara – Peço desculpa por me imiscuir num assunto da competência da Assembleia Municipal mas, como a Câmara acaba por entrar aqui como entidade contratante, sinto-me no direito de também participar no debate.

O objetivo desta proposta é respeitável e provavelmente vantajoso para todas as partes, nelas se incluindo a Câmara. A questão que está a ser levantada tem algum grau de razão, deve ser respeitada e creio que esta proposta ficaria melhor se solicitasse um contrato com uma qualquer empresa sem referir o nome porque hoje é a VITEC e amanhã poderá ser outra empresa qualquer. Desde que não conste o nome da empresa, não vejo qualquer impedimento mas os senhores deputados decidirão o que entenderem.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – E o facto de a transmissão ser em direto ou em diferido...

Sr. presidente da Câmara – O contrato entre a Câmara e a VITEC consiste basicamente na aquisição de um determinado número de minutos. A transmissão em direto não seria possível mas, se fôssemos gastar os minutos que esta Assembleia utilizaria para a gravação, teríamos que abdicar da cobertura de um conjunto de outros eventos. Este contrato é renegociado todos os anos e nessa altura esta matéria pode ser colocada em cima da mesa para aferirmos do custo do pacote de tempo necessário para a cobertura deste evento.

Como muito bem disse o Partido Socialista, não nos devemos antecipar e não me parece adequado que conste aqui o nome da empresa porque, como sabem, o ajuste direto é uma forma de contratação pública e implica a consulta aos prestadores de serviços daquela área num número mínimo estabelecido pela lei.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Recordo que, não há muitos anos, era a própria Câmara que, com recursos internos próprios e nada profissionais comparados com os desta empresa, procedia à transmissão das reuniões camarárias em direto pela internet de quinze em quinze dias. As transmissões das sessões desta Assembleia não seriam inéditas, serviriam para valorizarmos o

nosso trabalho como representantes eleitos diretos ou como presidentes de junta, e os cidadãos saberiam o que estamos aqui a fazer sem rodeios nem papinhas na língua.

Independentemente dos meios ou da empresa que venha a prestar o serviço para a transmissão destas sessões, apoiamos esta proposta pela sua visão abrangente como forma de aproximar os eleitos dos seus cidadãos, valorizando assim o nosso papel nesta casa.

Sra. d. m. Marília Vargas – Queria dizer que não concordamos com o facto de constar o nome da empresa, seja ela qual for, que poderá nem se revelar necessária se o serviço em causa puder ser feito pela própria Câmara. Deixando de constar aqui a referência à obrigatoriedade da prestação do serviço por parte de uma empresa, votaremos a favor do fundamento da proposta que é a proximidade entre a Assembleia e os eleitores. Também gostaria de lembrar que uma coisa é a Câmara Municipal, a outra é o grupo municipal do PS, e por vezes as ideias podem não convergir.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Saúdo a posição do senhor presidente da Câmara e não temos problema nenhum em retirar o nome daquela empresa que apenas lá consta porque tem o contrato com a Câmara. Neste momento poderia ser o «Canal das Doze», o «+central» ou outro qualquer órgão de comunicação social que entendesse possuir uma plataforma de audiovisual. Para que não restem dúvidas, gostaria de saber se o atual contrato com a VITEC foi por ajuste direto... Estou esclarecido; muito obrigado.

Sr. presidente da Mesa – Segundo depreendi das várias intervenções, o PSD retira a referência à VITEC, constando apenas a transmissão pelos meios que se venham a entender necessários. Também estou de acordo com a intervenção do senhor deputado Nuno Melo Alves a respeito da transmissão das reuniões de Câmara. Acontece que, na altura, os elementos da Câmara podiam ser transmitidos aos munícipes nesse formato e qualidade mas nós merecemos um bocadinho melhor porque somos uma assembleia com caras mais “larocas”.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Concordo que merecemos ser transmitidos em alta resolução.

Sr. presidente da Mesa – Vamos passar à votação no sentido de ser retirada da proposta a referência a esta ou a outra qualquer empresa.

Terminadas as intervenções e após votação, a Proposta constante do Ponto 3.2 foi aprovada por unanimidade com as referidas alterações.

4 – DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP

4.1 - Voto de Protesto do Grupo Municipal do CDS-PP respeitante ao abandono da Ilha Terceira em termos de ligações de carga.

Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

O documento foi retirado por iniciativa do grupo municipal proponente por se prever a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para apreciação dos temas incluídos no Voto de Protesto em apreço.

Sr. presidente da Mesa – Vamos tentar agendar a próxima sessão extraordinária desta Assembleia o mais rápido possível, esperando que a mesma possa contar com a presença de alguns elementos que ajudem a debater e a esclarecer a temática em causa.

Dispensando eventualmente alguma questão regimental no sentido de a convocatória ser enviada por escrito, tentaremos utilizar os canais mais expeditos para que todos os senhores membros da Assembleia sejam informados do dia e da hora da próxima sessão.

A sessão extraordinária da Assembleia Municipal ficou agendada para dia 11 de maio sexta-feira às 09h30m.

*O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações** que, posta à votação, **foi aprovada por unanimidade**.*

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 13h20m do dia 27 de abril de 2018, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, o 1º secretário da respetiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz

ANEXO

ÍNDICE DOS PONTOS DA ORDEM DO DIA:

Ponto 1.1	Pág. 08
Ponto 1.2	Pág. 17
Ponto 1.3	Pág. 20
Ponto 1.4	Pág. 23
Pontos 1.5, 1.6	Pág. 25
Pontos 1.7, 1.8	Pág. 26
Pontos 1.9, 1.10, 1.11, 1.12, 1.13, 1.14	Pág. 27
Pontos 1.15, 1.16, 1.17	Pág. 28
Ponto 1.18	Pág. 29
Ponto 2.1	Pág. 30
Ponto 3.1.....	Pág. 31
Ponto 3.2.....	Pág. 32
Ponto 4.1.....	Pág. 34